



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2025

Pregão Eletrônico nº 05/2025		Abertura em 20/02/2025 às 08h00, no local de disputa: "www.novobbmnet.com.br"		
Objeto				
Registro de Preços, para possível aquisição de medicamentos da atenção primária a saúde.				
Valor Total Estimado				
R\$ 11.701.314,45 (onze milhões, setecentos e um mil, trezentos e quatorze reais e quarenta e cinco centavos).				
Registro de Preços?	Validade da Proposta	Instrumento Contratual	Modo de disputa	Critério de Julgamento
SIM	60 dias	Ata de Registro de Preços	Aberto	POR LOTE
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (VEJA ITEM 8 DO EDITAL)				
- 8.3: Habilitação Jurídica; - 8.4: Regularidade Fiscal e Trabalhista; - 8.5: Qualificação Técnica; - 8.6: Qualificação Econômica Financeira. - 8.7: Declarações exigidas.			Garantia da Proposta- item 5.10 do Edital.	

* O detalhamento dos documentos/requisitos de habilitação deve ser consultado na seção do instrumento convocatório acima indicada.

SISTEMA DE DISPUTA: BBMNET- LICITAÇÕES ELETRÔNICAS- www.novobbmnet.com.br		
Modo de Disputa: A disputa dar-se-á pelo MODO ABERTO e os lances deverão respeitar o INTERVALO MÍNIMO de 1%.		
Lic. Exclusiva ME/EPP?	Reserv. Cota ME/EPP?	Exige Amostra?
NÃO	SIM	NÃO
Do envio da Documentação de Habilitação		
De acordo com a Lei 14.133/2021 os documentos de habilitação serão vinculados pelo licitante vencedor, após convocação do (a) pregoeiro (a) na fase de Habilitação (fase 7), no prazo de 02 (duas) horas.		
Pedidos de Esclarecimentos e Impugnações		
Até 17h00min do dia 14/02/2025, sendo 03 (três) dias úteis antes da data fixada para o recebimento de propostas, nos termos do art. 164, da Lei 14.133/2021, para o endereço: licitacao@santaisabel.sp.gov.br ou na Diretoria de Licitações e Contratos, das 08h00 às 17h00, situado na Av. República, nº 530- Centro, 4º andar.		



Processo Administrativo nº 3.178/2024

Data de Recebimento das Propostas: Até as 08h00min horas do dia 20/02/2025.

Data de Abertura e avaliação das propostas: Dia 20/02/2025 das 08h01min às 08h59min.

Início da sessão pública de disputa de preços: Dia 20/02/2025 a partir das 09h00min após a avaliação das propostas pelo (a) Pregoeiro (a).

PREGÃO ELETRÔNICO COM COTA EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

O Município de Santa Isabel, por determinação do Exmo. Secretário de Saúde, leva ao conhecimento dos interessados que realizará pelo Pregoeiro designado através da Portaria Municipal nº 21.857, de 27 de fevereiro de 2024, que designa o Agente de Contratação, Comissão de Contratação e Equipe de Apoio, para a licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** tipo **MENOR PREÇO POR LOTE** para o **REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAÚDE.**

O presente Pregão será processado e julgado em conformidade com os termos da Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações, Decreto Municipal de nº 7.074/2024, Decreto Municipal de nº 7.075/2024 e com as normas deste instrumento e demais normas legais atinentes à espécie.

As despesas decorrentes deste ajuste correrão a conta de recursos, cujas dotações orçamentárias consignada no Orçamento Municipal, são:

Secretaria de Saúde	
01.09.00 01.09.05 10.3010127.2776 3.3.90.30	Ficha 2025: 399 – Fonte: 01 – D.R: 01.301.0009

Integram este edital independentemente de transcrição os seguintes anexos:

ANEXO I	Termo de Referência
ANEXO II	Modelo de Proposta Comercial
ANEXO III	Modelo de Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte
ANEXO IV	Declaração de Cumprimento de Exigências Legais- Unificada
ANEXO V	Minuta de Ata de Registro de Preços
ANEXO VI	Modelo de Termo de Ciência e Notificação
ANEXO VII	Modelo de Declaração de Disponibilidade de Documentação TCE-SP
ANEXO VIII	Modelo de Certidão de Atualização Cadastral TCE-SP



Município de
Santa Isabel

Secretaria de Saúde

Rua Rozendo Mathias Nazareth Nº 46 - Pq São Benedito
Santa Isabel - SP - CEP.: 07500-000
Tel.: (11) 4656-4444 - E-mail: sec.saude@santaisabel.sp.gov.br

ANEXO IX	Decreto Municipal nº 7.074/2024
ANEXO X	Decreto Municipal nº 7.075/2024
ANEXO XI	Modelo para Restituição da Caução

O edital licitatório e anexos poderá ser obtido na Diretoria de Licitações e Contratos do Município de Santa Isabel, sito na Avenida República nº 530, 4º Andar, Centro – Santa Isabel/SP, das 08h00 às 17h00 e nos endereços eletrônicos: www.novobbmnet.com.br ou www.santaisabel.sp.gov.br, Link: Licitações.

Para maiores informações estão disponíveis os seguintes telefones: (0xx11)
4656.8700 ou licitacao@santaisabel.sp.gov.br



1- DO OBJETO

1.1- O Presente Pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS, PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAÚDE, para suprir a necessidade de estoque da Central de Abastecimento Farmacêutico (C.A.F), manutenção do atendimento prestado pelas Unidades de Saúde e ações realizadas pela Secretaria Municipal de Saúde, conforme descrito no Termo de Referência – ANEXO I.

2- DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1- O Pregão Eletrônico (recebimento das propostas, abertura e disputa de preços) será realizado em sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico/internet, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do Sistema de Pregão Eletrônico (licitações) da Bolsa Brasileira de Mercadorias, disponível em www.novobbmnet.com.br, conforme datas e horários definidos abaixo:

Data de Recebimento das Propostas: Até as 08h00min horas do dia 20/02/2025.

Data de Abertura e avaliação das propostas: Dia 20/02/2025 das 08h01min às 08h59min.

Início da sessão pública de disputa de preços: Dia 20/02/2025 a partir das 09h00min após a avaliação das propostas pelo (a) Pregoeiro (a).

2.2- O fornecedor deverá observar as datas e os horários limites previstos no presente edital para o credenciamento junto ao provedor do sistema para participação da licitação, bem como cadastramento e a abertura da proposta, atentando também para a data e horário para início da disputa.

2.3- Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília /DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

2.4. DO CREDENCIAMENTO DO LICITANTE NO PORTAL BBMNET:

2.4.1. Os procedimentos para credenciamento e obtenção da chave e senha de acesso poderão ser iniciados diretamente no site de licitações no endereço eletrônico www.novobbmnet.com.br, acesso “credenciamento – licitantes (fornecedores)”.



2.4.2. As dúvidas e esclarecimentos sobre credenciamento no sistema eletrônico poderão ser dirimidas através da central de atendimento aos licitantes, por telefone, WhatsApp, Chat ou e-mail, disponíveis no endereço eletrônico www.novobbmnet.com.br.

2.4.3. Qualquer dúvida dos interessados em relação ao acesso no sistema BBMNET Licitações poderá ser esclarecida através dos canais de atendimento da Bolsa Brasileira de Mercadorias, de segunda a sexta-feira, das 07h30min às 18h30min (horário de Brasília) através dos canais informados no site www.novobbmnet.com.br.

3- DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1- Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados na Plataforma BBMNET Licitações Eletrônicas da Bolsa Brasileira de Mercadorias, no endereço www.novobbmnet.com.br.

3.1.1- O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.1.2- **Para lotes: 9, 11, 12, 19 e 20, a participação é exclusiva** a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.2- Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.3- Não poderão disputar esta licitação:

3.3.1- aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.3.2- autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;



3.3.3- empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.3.4- pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.3.5- aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.3.6- empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.3.7- pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.3.8- agente público do órgão ou entidade licitante;

3.3.9- Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.3.10- Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021;

3.3.11- Enquadradas nas disposições do art. 14, da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.4- O impedimento de que trata o item 3.3.4- será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.5- A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.3.2 e 3.3.3- poderão participar no apoio das



atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.6- Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.7- O disposto nos itens 3.3.2 e 3.3.3- não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.8- A vedação de que trata o item 3.3.8- estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4- DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1- Os licitantes encaminharão, **exclusivamente** por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até o fim do recebimento de propostas.

4.2- No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.2.1- cumpre plenamente os requisitos de habilitação;

4.2.2- Estar ciente e concordar com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada está em conformidade com o edital e que o valor ofertado compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo;

4.2.3- não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.2.4- não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.2.5- cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas no art. 93 da Lei 8.213/1991.



4.2.6- O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.3- O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.3.1- nos lotes exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “nenhuma”, impedirá o prosseguimento no certame, para aquele lote/item;

4.3.2- nos lotes/itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “nenhuma”, apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.4- A falsidade da declaração de que tratam os itens acima, sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.5- Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.6- Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, a partir da fase de julgamento e aceitação das propostas.

4.7- Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.8- O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para providências.

5- DO PREENCHIMENTO E ENVIO DA PROPOSTA

5.1- As licitações aptas para o recebimento de propostas estão disponíveis na Plataforma BBMNET no menu “**Sala de Disputa**”, no campo das licitações na coluna (menu) da etapa “**Aberto para receber propostas**”.



5.1.1- O licitante interessado poderá utilizar filtros de buscas e selecionar o lote de interesse e, posteriormente preencher os campos exigidos no sistema e finalizar no comando “enviar proposta”.

5.1.2- O licitante deverá enviar a sua proposta mediante o preenchimento prévio das informações exigidas no Sistema.

5.1.3- O Acesso para participar das licitações está condicionado ao cadastro prévio do interessado na Plataforma BBMNET Licitações.

5.2- Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3- Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.3.1- Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante.

5.4- O preço proposto deverá ser expresso em moeda corrente nacional (Real), com quatro casas decimais (**0,0000**).

5.5- Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, dentro do período em que o sistema esteja aberto para o recebimento de proposta. Os documentos de habilitação não poderão ser excluídos ou alterados a partir do prazo em que recebimentos das propostas estiver encerrado.

5.6- A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.7- O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da abertura da Sessão Pública.

5.8- Eventual sobrepreço ou superfaturamento da proposta ou lance poderá ser objeto de apuração de responsabilidade.

5.9- Quando for exigido pelo Pregoeiro, o licitante deverá preencher a ficha técnica do produto ou serviços, juntamente com as informações adicionais. A ficha técnica, quando obrigatória, será enviada através de comando próprio disponível no Sistema ao licitante.

5.9.1- O licitante não poderá em hipótese **nenhuma** se **identificar** na ficha técnica, sob pena de desclassificação.



5.9.2- Comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, como requisito de pré- habilitação, nos termos do art. 58, e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.10- DA GARANTIA DE PROPOSTA

5.10.1- Comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, nos termos do art. 58, e seguintes da Lei Federal nº 14133/2021.

5.10.1.1- **O comprovante da garantia de proposta deverá ser anexado no momento do lançamento da Proposta Comercial de abertura do certame, em campo específico do portal BBMNET.**

5.10.2- A garantia de proposta será de **1%** (um por cento) do valor da proposta para a contratação.

5.10.3- A garantia de proposta poderá ser prestada nas modalidades de que trata o § 1º do art. 96 desta Lei.

5.10.3.1- Se efetuada por meio de caução em dinheiro, esta deverá ser recolhida junto às **agências da Caixa Econômica Federal, agência 1199, conta corrente nº 000033-2**, com fornecimento de comprovante do recolhimento.

5.10.3.2- A garantia de proposta prestada em dinheiro será restituída aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura da Ata de registro de preços ou da data em que for declarada fracassada a licitação, mediante prévia solicitação do interessado junto ao setor de protocolo da Prefeitura Municipal de Santa Isabel-SP.

5.10.3.3- As garantias de propostas prestadas nas modalidades SEGURO-GARANTIA E FIANÇA BANCÁRIA deverá conter **vigência mínima de 90 (noventa) dias** contados a partir da data designada para apresentação proposta comercial. Caso haja prorrogação da data de apresentação proposta deverão as empresas participantes observar o prazo de vigência da garantia recolhida.

5.10.4 O vencimento da apólice de SEGURO-GARANTIA E FIANÇA BANCÁRIA que dispense renovação implicará liberação automática e imediata da garantia prestada, dispensados atos de liberação por parte da Prefeitura Municipal de Santa Isabel-SP.



5.10.5- Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o Ata de registro de preços ou a não apresentação dos documentos para a contratação.

6- DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1- A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2- Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a etapa de abertura da sessão pública.

6.3- Quando autorizado e devidamente justificado pelo pregoeiro, os licitantes poderão alterar a proposta anteriormente inserida no sistema durante a fase de análise de propostas.

6.3.1- Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

6.3.2- A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.3.3- A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.4- O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.5- O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes, bem como as mensagens automáticas enviadas pelo próprio sistema.

6.6- Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.7- O lance deverá ser ofertado pelo **valor do LOTE**.

6.8- Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.9- O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.10- O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1% (um por cento).



- 6.11- O procedimento seguirá de acordo com o **MODO DE DISPUTA ABERTO**.
- 6.12- No pregão eletrônico o **MODO DE DISPUTA "ABERTO"**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.12.1- A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.12.2- A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.12.3- Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.13- Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.14- No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.15- Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.16- Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.17- **DO DIREITO DE PREFERÊNCIA DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**
- 6.17.1- Encerrada a etapa de lances, o sistema identificará as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 6.17.2- Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.17.3- A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.17.4- Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais



licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.17.5-Não se aplicará o desempate de que tratam os arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, quando a primeira colocada também tiver se declarado microempresa ou empresa de pequeno porte.

6.17.6- Havendo empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.17.6.1- disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação, realizada automaticamente pelo sistema;

6.17.6.2- avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.17.6.3- desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme do art. 5, § 1º do Decreto nº 11.430, de 2023;

6.17.6.4- desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.17.7-Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.17.7.1- empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.17.7.2- empresas brasileiras;

6.17.7.3- empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.17.7.4- empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.18- Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.18.1- A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a



negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.18.2- A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.18.3- O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.19- Será desclassificada a proposta que:

6.19.1- conter vícios insanáveis;

6.19.2- não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.19.3- apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.19.4- não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.19.5- apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.20- No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.20.1- A inexequibilidade, na hipótese de que trata o artigo anterior, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.20.1.1- que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.20.1.2- inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.21. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, **no prazo de 2 (DUAS) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, em campo próprio do Sistema, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.21.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7- DA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS

7.1- Não será exigido para o objeto.

8- DA FASE DE JULGAMENTO

8.1- Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante



provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas- CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);
- b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- c) Relação de Apenados do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www4.tce.sp.gov.br/apenados/publico/#/>).

8.1.1- Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.1.2- Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar enquadre-se no tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro obedecerá ao disposto nos arts. 42 e 43 da Lei Complementar nº 123/06.

8.2- Encerrado o julgamento da negociação, será solicitada a **LICITANTE VENCEDORA**, pelo (a) Pregoeiro (a) no portal www.novobbmnet.com.br que seja anexada a **DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO NO PRAZO MÁXIMO DE 02 (DUAS) HORAS sob pena de inabilitação.**

8.2.1- Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários a confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado, via sistema, a encaminhá-los, em formato digital, no **prazo de 02 (duas) horas**, sob pena de inabilitação.

8.2.1.1- Caso o convocado insira a documentação de forma errônea (equivocada ou faltante), ainda que se encontrem dentro do prazo disponível de 02 (duas) horas, não será permitida nova inserção de documentos habilitatórios, restando, portanto, INABILITADA.

8.2.2- Os documentos de habilitação da(s) empresa(s) serão gravados em mídia digital (CD) pela Diretoria de Licitações e Contratos e anexados aos autos do processo administrativo da referida licitação.

8.2.3- Em seguida, os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos do licitante melhor classificado para fins de habilitação, nos seguintes termos:

8.3- Habilitação Jurídica

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual;



- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

8.4- Regularidade Fiscal e Trabalhista

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ).
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame.
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal relativos a Tributos Federais, a Dívida Ativa da União e a Contribuições Sociais, expedida pela Secretaria da Receita Federal e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, relativa ao ICMS que guardem relação com o objeto licitado, expedida(s) pela Secretaria do Estado da Fazenda do domicílio ou sede da licitante.
- e) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, relativa aos tributos mobiliários, emitido pelo órgão do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, da empresa responsável pela execução do contrato.
- f) Certificado de Regularidade do FGTS, dentro do prazo de validade.
- g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho- CNDT, mediante a apresentação de Certidão Negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, disponível no Portal do Tribunal Superior do Trabalho.

8.4.1- As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, por ocasião da participação, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição (artigo 43 da Lei Complementar nº 123/06, alterado pela Lei Complementar nº 155/2016).



8.4.2- Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação (artigo 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/06, alterado pelas Leis Complementar nºs 147/2014 e 155/2016).

8.4.3- Em não havendo regularização da documentação, no prazo previsto no subitem acima, presente edital, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura da Ata de Registro de Preços ou revogar a licitação (Artigo 43, § 2º da Lei Complementar nº 123/06).

8.5- Qualificação Técnica

8.5.1- A proponente deverá apresentar prova de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, por meio da apresentação de Atestado(s) ou Certidão(ões), expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, necessariamente em nome do licitante e indicar como quantitativos mínimos.

8.5.2- Entende-se por mesma natureza e porte, atestado(s) de serviços similares ao objeto da licitação que demonstre(m) que o licitante prestou serviços correspondentes a 50% (cinquenta por cento) do objeto da licitação, nos termos da Súmula 24 do TCE/SP.

a) O(s) quantitativo(s), quando não mencionado(s) no(s) atestado(s), poderá (ão) ser comprovado(s) por quaisquer documentos, tais como: contrato(s), nota(s) fiscal(ais) ou outro(s) documento(s) equivalente(s).

b) A critério do Pregoeiro (a), poderá ser solicitadas as Notas Fiscais ou documentos equivalentes como diligência.

b.1) Ficam as licitantes desde já informadas que a ausência do atendimento às diligências para fins de comprovar a capacidade técnica é passível de sanção.

8.5.3- No caso de exercício de atividade de fabricação, importação ou distribuição de medicamentos e materiais de uso em saúde, o licitante vencedor deverá apresentar:



- a) Autorização de funcionamento (AFE), da empresa proponente, expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, do Ministério da Saúde (ANVISA), do fabricante ou importador;
 - b) Licença de funcionamento (Alvará Sanitário) atualizada, ou cadastramento definitivo da empresa proponente emitidos por órgão da Vigilância Sanitária da Secretaria de Saúde Estadual ou Municipal, da Sede da licitante;
 - c) Certificado de Boas Práticas de Fabricação e Controle por linha de produção/Medicamentos, emitido pela Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde;
 - c.1) No caso de medicamentos importados será necessário a apresentação do Certificado de Boas Práticas de Fabricação e Controle emitido pela Autoridade Sanitária do País de origem ou Laudo de Inspeção emitido pela Autoridade Sanitária Brasileira;
 - d) Certidão de regularidade do Conselho Regional de Farmácia (CRF);
 - e) Comprovação de responsabilidade técnica profissional da empresa proponente, exercida por um profissional competente, dentro do prazo de validade, através da Certidão de Responsabilidade Técnica (CRT).
 - f) Comprovação, da regularidade do produto na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, através do registro, notificação, cadastramento ou comprovação da isenção de controle sanitário;
 - f.1) Caso o produto esteja dispensado de registro, a licitante deverá encaminhar Declaração de Notificação de Dispensa de Registro ou Certificado de Dispensa de Registro, emitidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA;
- 8.5.4- Deverá apresentar documentação comprobatória de que; quando o transporte for próprio deverá apresentar licença sanitária para transporte. Sendo o transporte terceirizado, eles também deverão possuir Licença Sanitária para transporte de produtos de interesse à saúde.

8.6- Qualificação Econômico-Financeira

8.6.1- Certidão negativa de falência ou recuperação judicial ou liquidação judicial pelo distribuidor da sede ou filial da pessoa jurídica ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, cuja pesquisa tenha sido realizada com antecedência **não superior a 90 (noventa) dias** da data prevista para a apresentação dos envelopes.

a) Nos termos da Súmula 50 exarado pelo Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, as empresas que se encontrem em recuperação judicial poderão



apresentar a certidão positiva desde que demonstre seu Plano de Recuperação, já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, apto a comprovar sua viabilidade econômico financeira, inclusive pelo atendimento dos demais requisitos de habilitação econômico-financeira.

8.6.2- Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos últimos 2 (dois) exercícios, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta.

8.6.2.1- O balanço patrimonial também poderá ser disponibilizado via Escrituração Contábil Digital – ECD, desde que comprovada a transmissão desta à Receita Federal do Brasil, por meio da apresentação do Termo de Autenticação (recibo gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – SPED).

8.6.2.1.1- Somente as empresas que ainda não completaram seu primeiro exercício fiscal, poderão comprovar sua capacidade econômico-financeira através de balanço de abertura.

8.6.3- Demonstrativo de Índices Financeiros, extraídos do balanço apresentado, para fins de análise das condições financeiras da licitante. Os índices serão apresentados em números inteiros e de até 02 (duas) casas decimais após a vírgula com arredondamento:

ILG – Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

ILC – Ativo Circulante

Passivo Circulante

IE – Passivo Circulante+ Passivo Exigível a Longo Prazo

Ativo Total

onde:



ILG = Índice de Liquidez Geral (define a capacidade da empresa em liquidar seus compromissos a longo prazo), maior ou igual a 1,00.

ILC = Índice de Liquidez Corrente (define a capacidade da empresa em liquidar seus compromissos a curto prazo), maior ou igual a 1,00.

IE = Índice de Endividamento (define o nível de endividamento da empresa), menor ou igual a 0,50.

8.6.3.1- Os índices deverão ser calculados com duas casas decimais, arredondando-se o valor para o décimo superior mais próximo, quando a terceira casa, esteja compreendida entre 05 (cinco) e 09 (nove) e, para o décimo inferior, quando esta for inferior a 05 (cinco).

8.7- As licitantes ainda deverão apresentar:

8.7.1- **Declaração** de pleno cumprimento de exigências legais unificadas (Anexo IV).

8.7.2- Em se tratando de microempresa ou de empresa de pequeno porte, **declaração** subscrita por representante legal do licitante afirmando o seu enquadramento nos critérios previstos no artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, bem como sua não inclusão nas vedações previstas no mesmo diploma legal. (Anexo III)

8.7.3- **Declaração** de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas no art. 93 da Lei nº 8.213/1991 (Anexo IV).

8.7.4- **Declaração** de atendimento aos requisitos de contratação e atendimento ao inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (Anexo IV).

8.8- Os documentos exigidos para fins de habilitação serão apresentados por meio eletrônico, via Sistema BBMNET.

8.8.1- Havendo dúvida sobre a veracidade do documento, será exigida a apresentação dos originais não-digitais.

8.9- Eventual inabilitação do licitante será considerada para fins de apuração da veracidade das informações prestadas na declaração de cumprimento aos requisitos de habilitação, conforme o art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021.

8.10- O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.



8.11- A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12- Os documentos adicionais exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo estipulado pelo pregoeiro.

8.13- Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência:

a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.14- Na análise dos documentos de habilitação, a Equipe de Apoio poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.15- Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

9- DOS RECURSOS

9.1- A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2- O prazo recursal é de 03 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3- Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

a) A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

b) O prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de 30 (trinta) minutos.

c) O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

9.4- Os recursos e contrarrazões deverão ser cadastrados no site da Bolsa:



novobbmnet.com.br, e enviados através do e-mail licitacao@santaisabel.sp.gov.br, dos quais estarão disponíveis imediatamente.

9.5- O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6- Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7- O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 03 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8- O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida.

9.9- A falta de interposição de recurso importará a decadência do direito de recurso e o Pregoeiro remeterá a Autoridade Competente, que adjudicará o objeto do certame ao vencedor, bem como homologará o procedimento licitatório.

10- DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1- As aplicações de possíveis infrações e sanções administrativas ocorrerão na forma do art. 155 e s.s da Lei nº 14.133/2021.

10.2- A DETENTORA será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

I- dar causa à inexecução parcial da ata de registro;

II- dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III- dar causa à inexecução total da ata de registro;

IV- deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V- não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI- não celebrar a ata de registro ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII- ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;



VIII- apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução da ata de registro;

IX- fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução da ata de registro;

X- comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI- praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII- praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.3- Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas acima as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4- As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 10.3, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II.

11- DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.1- Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar ao Edital ou solicitar esclarecimentos, devendo protocolar o pedido no prazo de até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame, podendo ser encaminhado para: licitacao@santaisabel.sp.gov.br, via plataforma BBMNET ou presencialmente na Diretoria de Licitações e Contratos, situada na Avenida República, nº 530, Centro, 4º andar, das 08h00 às 17h00.



11.2- A resposta à impugnação ou pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial e plataforma eletrônica BBMNET, no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3- Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12- DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1- Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

12.2- O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

12.3- A Ata de Registro de Preços será assinada preferencialmente por meio de assinatura digital e disponibilizada no Portal do Município e Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

12.4- Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

12.5- A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada, nos termos do art. 83, da Lei nº 14.133/2021.

12.6- Na hipótese de o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do Cadastro de Reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.



12.7- A presente Ata de Registro de Preços terá o prazo de vigência de 1 (um) ano, contado a partir de sua assinatura e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme art. 84, da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.7.1- Em caso de prorrogação da vigência da ata de registro de preços, as quantidades inicialmente registradas serão renovadas, na sua totalidade, independentemente do quantitativo utilizado no período de vigência, não sendo possível cumular com as quantidades não utilizadas.

13- LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

13.1- O objeto da presente licitação deverá ser realizado/entregue em PARCELAS, conforme solicitação da Secretaria Requisitante, no prazo de **10 (dez) dias corridos**, a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento (Pedido de Compras/Empenho), durante a vigência da Ata de Registro e Preços, no seguinte endereço:

a) Central de Abastecimento Farmacêutico- C.A.F: localizada na Rua Roberto de Almeida Machado, nº 93, Vila Nova, Santa Isabel/SP, das 07h30 às 12h00, em dias úteis.

13.2- Caso o prazo seja exíguo para a conclusão dos serviços, deverá a DETENTORA requerer antecipadamente a prorrogação deste prazo, do qual ficará a critério da CONTRATANTE analisar o caso concreto.

14- DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

14.1- A DETENTORA deverá emitir Nota Fiscal / Fatura, contemplando o valor total dos serviços que foram prestados.

14.2- Para atender a ordem cronológica do art. 14 e s.s do Decreto Municipal nº 4.825/2013, o pagamento ocorrerá no 11º dia corrido e realizar-se em parcelas, a cada serviço prestado, através de crédito em conta corrente da DETENTORA, juntamente com a nota fiscal/fatura, da qual conterà o número da Ata de Registro de Preços, devendo ainda apresentar as documentações de regularidade fiscal e trabalhista, que estiverem vencidas, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

14.2.1- O pagamento eventualmente realizado com atraso, desde que tal atraso não decorra de ato ou fato atribuível à DETENTORA, sofrerá incidência de atualização financeira pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE), nos



termos do art. 14-A do Decreto Municipal nº 4.825/2013, bem como redações acrescidas no Decreto Municipal nº 6.194/2020.

14.2.2- Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, se houver necessidade.

14.2.3- Caso a Nota Fiscal/Fatura emitida contenha erros, a Administração não aceitará a Nota Fiscal/Fatura, devolvendo-a imediatamente à Adjudicatária, que terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para substituí-la, retificando-a, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas.

15- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1- Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico, bem como no site Oficial do Município de Santa Isabel.

15.2- Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo (a) Pregoeiro (a).

15.3- Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

15.4- A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.5- As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.6- Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.7- Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração, nos termos do art. 183, da Lei Federal nº 14.133/2021.

15.8- O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.9- O Manual de operações da Plataforma BBMNET- Licitações encontra-se disponível aos interessados no Portal www.novobbmnet.com.br.



15.9.1- Dúvidas ou esclarecimentos adicionais sobre o uso da Plataforma BBMNET Licitações podem ser obtidas nos canais de atendimento da Plataforma BBMNET Licitações, por e-mail, whatsapp, telefone e chat disponíveis no Portal www.novobbmnet.com.br.

15.10- Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

15.11- O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no site Oficial do Município, em: <https://portal.santaisabel.sp.gov.br/licitacao-3/> e plataforma eletrônica em: www.novobbmnet.com.br.

MUNICÍPIO DE SANTA ISABEL, 11 DE FEVEREIRO DE 2025.

GABRIEL CARDOSO RAMALHO
SECRETÁRIO DE SAÚDE



ANEXOS

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

MUNICÍPIO DE SANTA ISABEL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3.178/2024

JUSTIFICATIVAS:

Da contratação: A aquisição considera que a execução de ações de assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica, insere-se no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS), nos termos da alínea “d” do inciso I do art. 6º da Lei n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990, bem como a Portaria de Consolidação n.º 2/GM/MS, de 3 de outubro de 2017, que institui a Política Nacional de Medicamentos (PNM), cuja íntegra consta do Anexo 1 do Anexo XXVII; além da Resolução n.º 338/CNS/MS, de 6 de maio de 2004, que aprova a Política Nacional de Assistência Farmacêutica (PNAF) e por fim a garantia do usuário de acesso universal e igualitário à assistência terapêutica integral, nos termos do art. 28 do Decreto n.º 7.508, de 28 de junho de 2011, caracterizando os MEDICAMENTOS como instrumentos imprescindíveis a serem empregados nos tratamentos de doenças e evitar agravos à saúde da população. O Componente Básico da Assistência Farmacêutica (CBAF) inclui os MEDICAMENTOS que tratam os principais problemas e condições de saúde da população brasileira na Atenção Primária à Saúde (APS). O financiamento desse Componente é responsabilidade dos três entes federados, sendo o repasse financeiro regulamentado pelo artigo n.º 537 da Portaria de Consolidação GM/MS n.º 6, de 28 de setembro de 2017. De acordo com tal normativa, a responsabilidade pela aquisição e pelo fornecimento dos itens à população fica a cargo do ente municipal, com ressalvas as variações de organização pactuadas por estados e regiões de saúde. A seleção dos itens a serem adquiridos e suas descrições foram norteadas primariamente pela Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME), e Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUME).

Da escolha menor preço por lote: A Administração Pública fez uma opção legítima por determinada forma de aquisição dos materiais. A opção feita – registro de preços por menor preço por lote – é legalmente aceita, segundo **Art 40, § 2º, I da Lei Federal nº 14.133/21**. A jurisprudência também admite, desde que adequadamente justificado. Quanto ao Sistema de Registro de Preço, a jurisprudência pacífica do TCU é no sentido de que, “no âmbito do sistema de registro de preços, a modelagem de aquisição por preço global de grupo de itens é medida excepcional que precisa ser devidamente justificada, além de ser, em regra, incompatível com a aquisição futura de itens isoladamente”, relacionando diversos julgados que consolidaram tal entendimento – TCU, Acórdão nº



1.347/2018. **Os Lotes/Grupos de itens** são compostos por itens agrupados em decorrência de sua similitude, de sua aplicabilidade ou de condições comerciais semelhantes existentes entre eles. Todavia a aglutinação em lotes vislumbra ainda a obtenção de ganho em economia de escala, com redução dos custos de administração do processo licitatório: Quando se faz um pregão por lote, há uma redução no número de itens que precisam ser licitados, o que diminui também o tempo e o dinheiro gasto pela administração pública para conduzir o processo, reduzindo o tempo empregado para a realização do certame. Reduz-se, ainda, o custo do processo por evitar que uma parte dos medicamentos acabe como item deserto, por não despertar interesse (seja pelo preço unitário baixo, seja pela quantidade) obrigando o Município a reabrir os itens com preço acima da pesquisa de mercado ou até mesmo através de dispensa de licitação, encarecendo o valor final do produto. Agilidade na entrega dos produtos: Quando se faz um pregão por lote, é possível fazer um contrato único com o fornecedor, o que facilita a programação e a entrega dos materiais, agilizando todo o processo de compra e distribuição. Maior competitividade: A bem da verdade, na prática diária da Municipalidade, verifica-se que a disputa por lote atrai um número maior de fornecedores, já que a negociação envolve um volume maior de medicamentos, o que aumenta a competitividade e traz preços globais mais vantajosos para a administração pública. Previsão de Quantitativos: os quantitativos previstos são o máximo que a Prefeitura poderá adquirir durante a vigência da ata, o que equivale a dizer que, quando realizada por item, o participante pode ganhar a licitação daquele item e entregar um quantitativo bem menor que o previsto, o que não traz segurança na sua participação, com a prevalência de itens desertos, pois o quantitativo mínimo não é viável para o armazenamento, logística, entrega e contratação de mão de obra pelo fornecedor.

Da cotização: O Decreto Federal nº 8.538/2015 prevê tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações públicas de bens, serviços e obras. O art. 6º do referido Decreto estabelece que, nos itens ou lotes de licitação cujo valor esteja abaixo de R\$ 80.000,00, a participação no processo licitatório deve ser exclusivamente destinada às microempresas e empresas de pequeno porte, portanto, os lotes até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) foram destinados à exclusividade mencionada. Além disso, o art. 48, I, da Lei 123/06, também dispõe desta obrigatoriedade, de forma que impulsionou esta Administração reservar os lotes que cabiam na forma da Lei.

1- DO OBJETO: Registro de Preços, para possível aquisição de medicamentos da atenção primária a saúde.

2- DA DISCRIMINAÇÃO:

LOTES DESTINADOS À COTA PRINCIPAL:



LOTE 01 - ANTIBIÓTICOS					
ITEM	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	VALOR UNIT. ADM. R\$	VALOR TOTAL R\$
11	100.000	CPR	033.001.0039- AMOXICILINA COM 500 MG.	R\$ 0,9700	R\$ 97.000,00
115	40.000	CPR	033.001.0590- AMOXILINA + CLAVULANATO DE POTASSIO (500 MG + 125 MG).	R\$ 4,3900	R\$ 175.600,00
116	2.000	FRS	033.001.0591- AMOXILINA + CLAVULANATO DE POTASSIO (50 MG + 12,5 MG/ML) SUSPENSAO ORAL.	R\$ 46,5900	R\$ 93.180,00
83	40.000	CPR	033.001.0357- AZITROMICINA 500 MG.	R\$ 2,4833	R\$ 99.332,00
84	4.000	FRS	033.001.0358- AZITROMICINA 40 MG / ML PO PARA SUSPENSAO ORAL 15 ML (600 MG).	R\$ 19,1767	R\$ 76.706,80
16	1.200	FRS	033.001.0053- CEFALEXINA 250 MG/ 5 ML, SUPSENSAO, FRASCO COM 100.	R\$ 23,7900	R\$ 28.548,00
130	2.400	FRS	033.001.0650- CEFALEXINA 250MG/5ML PO PARA SUSPENSAO ORAL 60ML.	R\$ 29,3600	R\$ 70.464,00
17	120.000	CPR	033.001.0054- CEFALEXINA COM 500 MG.	R\$ 2,0200	R\$ 242.400,00
132	100.000	CAPSUL	033.001.0652- CEFALEXINA COM 500 MG.	R\$ 1,7400	R\$ 174.000,00
117	6.000	CPR	033.001.0593- CLARITROMICINA 500 MG	R\$ 5,8833	R\$ 35.299,80
137	6.000	CPR	033.001.0746- CLINDAMICINA - 300 MG	R\$ 4,2500	R\$ 25.500,00
18	60.000	CPR	033.001.0059-CLORIDRATO DE CIPROFLOXACINO COM 500 MG.	R\$ 0,7900	R\$ 47.400,00
145	2.000	CPR	033.001.0920- DOXICICLINA, CLORIDRATO 100 MG	R\$ 1,8300	R\$ 3.660,00
121	6.000	CPR	033.001.0598- ESPIRAMICINA 500 MG	R\$ 17,2300	R\$ 103.380,00
38	28.000	CPR	033.001.0100- METRONIDAZOL COM 250 MG.	R\$ 0,2367	R\$ 6.627,60
131	400	FRS	033.001.0651- METRONIDAZOL 40MG/ML SUSPENSAO ORAL FRASCO 100ML	R\$ 9,8133	R\$ 3.925,32
92	1.600	BISNAG.	033.001.0385- METRONIDAZOL 500 MG / 5 G. GELEIA VAGINAL - BISNAGA COM 50 GR.	R\$ 11,9200	R\$ 19.072,00
10	4.000	FRS	033.001.0038- AMOXICILINA PO PARA SUSPENSAO ORAL 50MG/ML, FRASCO COM 150 ML.	R\$ 18,6133	R\$ 74.453,20



43	40.000	CPR	033.001.0123-SULFAMETOXAZOL + TRIMETOPRIMA COM 400/80 MG.	R\$ 0,3000	R\$ 12.000,00
44	400	FRS	033.001.0124-SULFAMETOXAZOL + TRIMETOPRIMA SUSPENSAO ORAL COM 100 ML.	R\$ 22,9133	R\$ 9.165,32
95	400	FRS	033.001.0388-SULFAMETOXAZOL + TRIMETOPRIMA (40 MG + 8 MG) ML, SUSPENSAO ORAL, FRASCO COM 60 ML.	R\$ 18,8633	R\$ 7.545,32
81	400	FRAMP	033.001.0271-BENZILPENICILINA (BENZILPENICILINA PROCAINA + BENZILPENICILINA POTASSICA) PO PARA SUSPENSAO INJETAVEL 300.000 + 100.000 UI/ FRASCO AMPOLA.	R\$ 5,1733	R\$ 2.069,32
141	1.600	FRAMP	033.001.0834-BENZILPENICILINA BENZATINA PO PARA SUSPENSAO INJETAVEL 1.200.000 UI/ FRASCO-AMPOLA.	R\$ 12,2900	R\$ 19.664,00
80	1.600,00	FRAMP	033.001.0269-BENZILPENICILINA BENZATINA 1.200.000 UI PO PARA SUSP. INJETAVEL OU SUSP. PRONTA PARA USO	R\$ 11,8000	R\$ 18.880,00
107	2.000	CPR	033.001.0447-SULFADIAZINA 500 MG	R\$ 0,6500	R\$ 1.300,00
55	1.000	BISNAG	033.001.0176-SULFADIAZINA DE PRATA TOPICO 1% COM 50 GR	R\$ 7,6733	R\$ 7.673,30
113	12.000	CAPSUL	033.001.0542-NITROFURANTOINA 100 MG	R\$ 0,4167	R\$ 5.000,40
Valor total do lote:				R\$ 1.459.846,38	

LOTE 02- ANTIFÚNGICOS E ANTIVIRAIS					
ITEM	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	VALOR UNIT. ADM. R\$	VALOR TOTAL R\$
87	1.200	FRS	033.001.0364-CETOCONAZOL 2 % - XAMPU FRASCO COM 100 ML.	R\$ 26,2467	R\$ 31.496,04
103	1.200	BISNAG	033.001.0430-CETOCONAZOL 2% CREME-BISNAGA COM 30GR.	R\$ 8,7500	R\$ 10.500,00
31	10.000	CPR	033.001.0085- FLUCONAZOL COM 150 MG.	R\$ 1,5000	R\$ 15.000,00



111	4.000	CPR	033.001.0486-ITRACONAZOL 100 MG	R\$ 6.3600	R\$ 25.440,00
39	800	FRS	033.001.0105- NISTATINA 100.000 UI/ML SUSPENSÃO ORAL 50 ML + CONTA GOTAS.	R\$ 16,4900	R\$ 13.192,00
61	2.000	BISNAG	033.001.0208-NISTATINA 25000UI CR VAG BISNAGA COM 60 G	R\$ 11,9500	R\$ 23.900,00
04	2.000	TUBO	033.001.0028- ACICLOVIR 50 MG / G (5%) CREME 10 G	R\$ 7,6700	R\$ 15.340,00
99	28.000	CPR	033.001.0403- ACICLOVIR 200 MG.	R\$ 0,8200	R\$ 22.960,00
139	1.000	TUBO	033.001.0754-MICONAZOL, NITRATO DE - 2% CREME VAGINAL	R\$ 27,7400	R\$ 27.740,00
105	4.000	CPR	033.001.0443-PIRIMETAMINA 25 MG	R\$ 0,1167	R\$ 466,80
Valor total do lote:				R\$ 186.034,84	

LOTE 03- ANTI-HIPERTENSIVOS					
ITEM	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	VALOR UNIT. ADM. R\$	VALOR TOTAL R\$
13	80.000	CPR	033.001.0041-ATENOLOL COM 50 MG EM COMPRIMIDOS.	R\$ 0,3000	R\$ 24.000,00
12	40.000	CPR	033.001.0040- BESILATO DE ANLODIPINO 10 MG.	R\$ 0,3633	R\$ 14.532,00
15	120.000	CPR	033.001.0052- CARVEDILOL COM 6.25 MG.	R\$ 2,1000	R\$ 252.000,00
86	160.000	CPR	033.001.0363- CARVEDILOL 12,5 MG.	R\$ 1,1300	R\$ 180.800,00
122	100.000	CPR	033.001.0602- CLORIDRATO DE HIDRALAZINA 25 MG	R\$ 0,3633	R\$ 36.330,00
21	20.000	CPR	033.001.0070- MALEATO DE ENALAPRIL COM 5 MG.	R\$ 0,5900	R\$ 11.800,00
35	160.000	CPR	033.001.0094- MALEATO DE ENALAPRIL COM 20 MG.	R\$ 0,4000	R\$ 64.000,00
120	80.000	CPR	033.001.0597- MESILATO DE DOXAZOSINA 2 MG	R\$ 0,5300	R\$ 42.400,00
47	60.000	CPR	033.001.0127- METILDOPA COM 250 MG, COMPRIMIDO REVESTIDO.	R\$ 0,6267	R\$ 37.602,00
82	80.000	CPR	033.001.0333-NIFEDIPINO COMPRIMIDO 10 MG.	R\$ 0,7200	R\$ 57.600,00
Valor total do lote:				R\$ 721.064,00	

LOTE 04- ANTIDEPRESSIVOS					
ITEM	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	VALOR UNIT. ADM. R\$	VALOR TOTAL R\$



66	360.000	CPR	033.001.0223- CLORIDRATO DE AMITRIPTILINA 25 MG	R\$ 0,4400	R\$ 158.400,00
75	20.000	CPR	033.001.0234- CLORIDRATO DE CLOMIPRAMINA 25 MG	R\$ 1,1300	R\$ 22.600,00
63	6.000	CAPSUL	033.001.0218- CLORIDRATO DE NORTRIPTILINA 25 MG	R\$ 1.1067	R\$ 6.640,20
154	500.000	CPR	033.001.0220- CLORIDRATO DE SERTRALINA 50 MG	R\$ 0,5800	R\$ 290.000,00
20	360.000	CPR	033.001.0064- CLORIDRATO DE FLUOXETINA COM 20 MG.	R\$ 0,2900	R\$ 104.400,00
151	6.000	FR	033.001.0933-FLUOXETINA 20 MG /ML GOTAS 20 ML	R\$ 24,5333	R\$ 147.199,80
118	8.000	CPR	033.001.0595- DIAZEPAN 5 MG	R\$ 0,2500	R\$ 2.000,00
23	80.000	CPR	033.001.0076-DIAZEPAN COM 10 MG, COMPRIMIDO SULCADO.	R\$ 0,4533	R\$ 36.264,00
Valor total do lote:				R\$ 767.504,00	

LOTE 05- ANTIPSICÓTICOS					
ITEM	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	VALOR UNIT. ADM. R\$	VALOR TOTAL R\$
70	120.000	CPR	033.001.0228- CLORIDRATO DE CLORPROMAZINA 25 MG	R\$ 0,3433	R\$ 41.196,00
71	120.000	CPR	033.001.0229- CLORIDRATO DE CLORPROMAZINA 100 MG	R\$ 0,4767	R\$ 57.204,00
98	400	FRS	033.001.0396- CLORIDRATO DE CLORPROMAZINA 40 MG/ML SOL. ORAL, FRASCO C/ 20 ML	R\$ 6.0667	R\$ 2.426,68
32	8.000	CPR	033.001.0089- HALOPERIDOL COM 1 MG.	R\$ 0,5200	R\$ 4.160,00
72	400	FRS	033.001.0230- HALOPERIDOL 2 MG/ML, SOLUCAO ORAL, FRASCO COM 20 ML	R\$ 5,2533	R\$ 2.101,32
73	2.000	AMP	033.001.0231- HALOPERIDOL, DECANOATO 70.52 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL, AMPOLA COM 1 ML	R\$ 17,2567	R\$ 34.513,40
74	60.000	CPR	033.001.0232- HALOPERIDOL 5 MG	R\$ 0,3267	R\$ 19.602,00
143	40.000	CPR	033.001.0914- LEVOMEPRIMAZINA, MALEATO 25 MG	R\$ 0,4800	R\$ 19.200,00
140	6.000	FRS	033.001.0793- LEVOMEPRIMAZINA, MALEATO DE 40 MG / ML GTS.	R\$ 10,2767	R\$ 61.660,20
152	6.000	FRS	033.001.0111- PERICIAZINA 40 MG/ML, 4% COM 20 ML CADA FRASCO.	R\$ 16,9167	R\$ 101.500,20
146	6.000	FRS	033.001.0935- RISPERIDONA 1 MG /ML GOTAS 30 ML	R\$ 92,6600	R\$ 555.960,00



147	10.000	CPR	033.001.0939- ARIPIRAZOL 10 MG CPR	R\$ 10,9700	R\$ 109.700,00
69	160.000	CPR	033.001.0227- CARBONATO DE LITIO 300 MG	R\$ 0,6300	R\$ 100.800,00
144	40.000	CPR	033.001.0915-SULPIRIDA 50 MG	R\$ 1,4200	R\$ 56.800,00
Valor total do lote:				R\$ 1.166.823,80	

LOTE 06- ANTICONVULSIVANTES					
ITEM	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	VALOR UNIT. ADM. R\$	VALOR TOTAL R\$
68	360.000	CPR	033.001.0226- CARBAMAZEPINA 200 MG	R\$ 0,6133	R\$ 220.788,00
19	120.000	CPR	033.001.0060- CLONAZEPAN COM 2 MG.	R\$ 0,2500	R\$ 30.000,00
28	120.000	CPR	033.001.0082-FENITOINA COM 100 MG.	R\$ 0,3133	R\$ 37.596,00
30	120.000	CPR	033.001.0084- FENOBARBITAL COM 100 MG.	R\$ 0,2867	R\$ 34.404,00
29	400	FRS	033.001.0083- FENOBARBITAL SOLUCAO ORAL 4% COM 20 ML.	R\$ 4,6800	R\$ 1.872,00
150	10.000	CPR	033.001.0940-LAMOTRIGINA 100 MG CPR	R\$ 0,9333	R\$ 9.333,00
65	240.000	CAPSUL	033.001.0222-ACIDO VALPROICO 250 MG	R\$ 1,4400	R\$ 345.600,00
149	10.000	CX	033.001.0730- VIGABATRINA 500 MG COM 60 COMPRIMIDOS.	R\$ 275,1467	R\$ 2.751.467,00
Valor total do lote:				R\$ 3.431.060,00	

LOTE 07- ANTIALÉRGICOS					
ITEM	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	VALOR UNIT. ADM. R\$	VALOR TOTAL R\$
01	80.000	CPR	033.001.0010-LORATADINA 10 MG.	R\$ 0,2600	R\$ 20.800,00
46	8.000	FRS	033.001.0126-LORATADINA 1 MG/ML, SUSPENSAO - FRASCO COM 100 ML.	R\$ 11,1867	R\$ 89.493,60
24	20.000	CPR	033.001.0077-MALEATO DE DEXCLORFENIRAMINA COM 2 MG.	R\$ 0,6500	R\$ 13.000,00
25	4.000	FRS	033.001.0078- MALEATO DE DEXCLORFENIRAMINA SOLUCAO ORAL 2 MG/ 5 ML, FRASCO COM 100 ML.	R\$ 8,3100	R\$ 33.240,00
Valor total do lote:				R\$ 156.533,60	

LOTE 08- ANTI-INFLAMATÓRIOS E ANALGÉSICOS



ITEM	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	VALOR UNIT. ADM. R\$	VALOR TOTAL R\$
05	300.000	CPR	033.001.0029-ACIDO ACETILSALICILICO COM 100 MG.	R\$ 0,1400	R\$ 42.000,00
33	6.000	FRS	033.001.0090- IBUPROFENO 50 MG/ML GOTAS COM 30 ML.	R\$ 8,5900	R\$ 51.540,00
89	120.000	CPR	033.001.0375-IBUPROFENO 300 MG.	R\$ 0,7600	R\$ 91.200,00
114	240.000	CPR	033.001.0543- IBUPROFENO 600 MG	R\$ 0,8100	R\$ 194.400,00
93	120.000	CPR	033.001.0386- PARACETAMOL 500 MG.	R\$ 0,3000	R\$ 36.000,00
94	6.000	FRS	033.001.0387- PARACETAMOL 200 MG / ML GOTAS - FRASCO COM 15 ML.	R\$ 5,2900	R\$ 31.740,00
119	1.000.000	CPR	033.001.0596-DIPIRONA SODICA 500 MG	R\$ 0,4000	R\$ 400.000,00
48	12.000	FRS	033.001.0132-DIPIRONA SODICA COM 500 MG/ML COM 10 ML, SOLUCAO ORAL.	R\$ 3,5267	R\$ 42.320,40
85	800	BISNAG.	033.001.0320-LIDOCAINA (CLORIDRATO DE LIDOCAINA) GELEIA 2 % - BISNAGA 30 GR.	R\$ 11,4900	R\$ 9.192,00
108	20	FRS	033.001.0453-CLORIDRATO DE CICLOPENTOLATO 10 MG EM FRASCO	R\$ 8,2533	R\$ 165,07
Valor total do lote:				R\$ 898.557,47	

LOTE 10- ANTITUSSÍGENOS/BRONCODILATADORES E MUCOLÍTICOS					
ITEM	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	VALOR UNIT. ADM. R\$	VALOR TOTAL R\$
77	10.000	ENVEL.	033.001.0239- ACETILCISTEINA 600 MG	R\$ 2,2067	R\$ 22.067,00
135	100.000	SACHE	033.001.0742- ACETILCISTEINA - 200 MG	R\$ 5,7133	R\$ 571.330,00
14	120	FRS	033.001.0047- BROMETO DE IPRATROPIO SOLUCAO PARA NEBULIZACAO 0.025%, FRASCO COM 20 ML.	R\$ 4,4600	R\$ 535,20
Valor total do lote:				R\$ 593.932,20	

LOTE 13- CORTICOSTEROIDES					
ITEM	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	VALOR UNIT. ADM. R\$	VALOR TOTAL R\$
26	12.000	TUBO	033.001.0080- DEXAMETASONA 0.1% CREME COM 10 GR.	R\$ 4,4000	R\$ 52.800,00



88	200	FRS	033.001.0367- DEXAMETASONA 0,1 % - COLIRIO - FRASCO COM 5 ML.	R\$ 18,4400	R\$ 3.688,00
42	40.000	CPR	033.001.0115-PREDNISONA COM 5 MG.	R\$ 0,3500	R\$ 14.000,00
76	80.000	CPR	033.001.0235- PREDNISONA 20 MG	R\$ 0,8167	R\$ 65.336,00
59	4.000	FRS	033.001.0197-FOSFATO SODICO DE PREDNISOLONA 3 MG/ML, SOLUCAO ORAL, FRASCO COM 100 ML	R\$ 18,3800	R\$ 73.520,00
125	1.000	AMP	033.001.0613-ACETATO DE BETAMETASONA + FOSFATO DISSODICO DE BETAMETASONA DOSAGEM: (3 MG + 3 MG)/ML APRESENTACAO: SUSPENSÃO INJETÁVEL	R\$ 26,8100	R\$ 26.810,00
Valor total do lote:				R\$ 236.154,00	

LOTE 14- HORMÔNIOS E SUPLEMENTOS					
ITEM	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	VALOR UNIT. ADM. R\$	VALOR TOTAL R\$
06	60.000	CPR	033.001.0031-ACIDO FOLICO COM 5 MG.	R\$ 0,1600	R\$ 9.600,00
90	240.000	CPR	033.001.0380- LEVOTIROXINA SODICA 25 MCG.	R\$ 0,2600	R\$ 62.400,00
53	240.000	CPR	033.001.0157- LEVOTIROXINA SODICA COM 50 MCG	R\$ 0,2900	R\$ 69.600,00
91	120.000	CPR	033.001.0381- LEVOTIROXINA SODICA 100 MCG.	R\$ 0,3500	R\$ 42.000,00
136	200.000	CPR	033.001.0743-CARBONATO DE CALCIO - 500 MG	R\$ 1,1300	R\$ 226.000,00
110	100.000	CPR	033.001.0485-CARBONATO DE CALCIO 1250 MG (EQUIVALENTE A 500 MG DE CALCIO ELEMENTAR) + COLECALCIFEROL 200 UI CPR	R\$ 0,3300	R\$ 33.000,00
45	160.000	CPR	033.001.0125-SULFATO FERROSO 40 MG (FERRO ELEMENTAR FEII) CPR	R\$ 0,1800	R\$ 28.800,00
96	6.000	FRS	033.001.0389- SULFATO FERROSO (FERRO ELEMENTAR) 68 MG / ML EQUIV. 25 MG / ML SOL. GOTAS - FRASCO COM 30 ML.	R\$ 3,7700	R\$ 22.620,00
124	4.000	FRS	033.001.0611- ACETATO DE RETINOL (VITAMINA A + COLECALCIFEROL (VITAMINA D 3) , (50.000 U.I + 10.000	R\$ 6,9933	R\$ 27.973,20



			U.I) SOLUCAO ORAL COM 10 ML		
Valor total do lote:				R\$ 521.993,20	

LOTE 15- IMUNOSSUPRESSORES E NEUROLÉPTICOS					
ITEM	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	VALOR UNIT. ADM. R\$	VALOR TOTAL R\$
62	20.000	CPR	033.001.0216- CLORIDRATO DE NALTREXONA 50 MG	R\$ 5,8300	R\$ 116.600,00
56	80.000	CPR	033.001.0193-BIPERIDENO 2 MG EM COMPRIMIDO	R\$ 0,3533	R\$ 28.264,00
67	80.000	CPR	033.001.0224-CLORIDRATO DE BIPERIDENO 2 MG	R\$ 0,3500	R\$ 28.000,00
Valor total do lote:				R\$ 172.864,00	

LOTE 16- OUTROS					
ITEM	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	VALOR UNIT. ADM. R\$	VALOR TOTAL R\$
52	80.000	CPR	033.001.0141- CLORIDRATO DE TIAMINA COM 300 MG.	R\$ 0,6000	R\$ 48.000,00
64	80.000	CPR	033.001.0219- CLORIDRATO DE PROMETAZINA 25 MG	R\$ 0,4500	R\$ 36.000,00
102	30.000	CPR	033.001.0429- ALOPURINOL 100 MG	R\$ 0,1967	R\$ 5.901,00
126	1.000	BISNAG	033.001.0569-COLAGENASE 1,2U/G - CREME	R\$ 135,2800	R\$ 135.280,00
37	200	FRS	033.001.0099- METRONIDAZOL 4% SUSPENSAO ORAL COM 100 ML.	R\$ 9,9867	R\$ 1.997,34
41	400.000	CPR	033.001.0108-OMEPRAZOL 20 MG EM BLISTER	R\$ 0,2300	R\$ 92.000,00
78	24.000	CPR	033.001.0255-VARFARINA SODICO 5 MG, EM COMPRIMIDO	R\$ 0,4733	R\$ 11.359,20
Valor total do lote:				R\$ 330.537,54	

LOTE 17- REGULADORES METABÓLICOS E DE SISTEMA NERVOUSO					
ITEM	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	VALOR UNIT. ADM. R\$	VALOR TOTAL R\$
57	40.000	CPR	033.001.0194-LEVODOPA 200 MG + CLOR. BENSERAZIDA 50 MG.	R\$ 2,8433	R\$ 113.732,00
58	280.000	CPR	033.001.0196- SINVASTATINA 20 MG	R\$ 0,4400	R\$ 123.200,00
153	500.000	CPR	033.001.0601- GLICAZIDA 60 MG COMPRIMIDO DE LIBERACAO CONTROLADA	R\$ 0,7233	R\$ 361.650,00



106	2.000	CPR	033.001.0446- PROPILTIOURACILA 50 MG	R\$ 1,2700	R\$ 2.540,00
148	10.000	CPR	033.001.0852- METILFENIDATO 10 MG	R\$ 1,3400	R\$ 13.400,00
Valor total do lote:				R\$ 614.522,00	

LOTE 18- SOLUÇÕES ESTÉREIS E DE REIDRATAÇÃO					
ITEM	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	VALOR UNIT. ADM. R\$	VALOR TOTAL R\$
127	4.000	AMP	033.001.0625-AGUA DE INJECAO - SOLUCAO ESTERIL - AMPOLA COM 5 ML	R\$ 1,4167	R\$ 5.666,80
79	4.000	AMP	033.001.0262-AGUA DESTILADA - LIQUIDO ESTERIL - AMPOLA 10 ML	R\$ 0,5067	R\$ 2.026,80
138	4.000	FRS	033.001.0747- CLORETO DE SODIO 0,9% SOL. NASAL SPRAY (ISENTO DE CLORETO DE BENZALCONIO)	R\$ 20,7500	R\$ 83.000,00
133	4.000	FRS	033.001.0682-SOLUCAO FISIOLOGICA DE CLORETO DE SODIO 0.9%. COMPOSICAO: CLORETO DE SODIO 0.9 GR, AGUA PARA INJECAO Q.S.P. 100 ML, CONTEUDO ELETROLITICO, SODIO 154.00 MEQ/L + CLORETO 154.00 MEQ/L, OSMORALIDADE 308 MOSMOL/L, ESTERIL E APIROGENICA, EM AMPOLA DE POLIETILENO CONTENDO 10 ML CADA FRASCO.	R\$ 1,2500	R\$ 5.000,00
Valor total do lote:				R\$ 95.693,60	

LOTES DESTINADOS À COTA RESERVADA – ATÉ 25%:

LOTE 09- ANTIPARASITÁRIOS/ ANTIEMÉTICOS					
ITEM	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	VALOR UNIT. ADM. R\$	VALOR TOTAL R\$
97	40.000	CPR	033.001.0392- METOCLOPRAMIDA 10 MG.	R\$ 0,2900	R\$ 11.600,00
51	1.000	FRS	033.001.0138- METOCLOPRAMIDA GOTAS 4 MG / 1 ML, FRASCO COM 10 ML.	R\$ 5,9400	R\$ 5.940,00
02	2.000	FRS	033.001.0019- DIMETICONA 75 MG/ML GOTAS, FRASCO COM 10 ML.	R\$ 4,3833	R\$ 8.766,60



08	2.000	CPR	033.001.0034-ALBENDAZOL 400 MG MASTIGAVEL BLISTER	R\$ 0,8800	R\$ 1.760,00
07	2.000	FRS	033.001.0033-ALBENDAZOL SUSPENSAO ORAL COM 40 MG/ML, 10 ML.	R\$ 4,6500	R\$ 9.300,00
34	6.000	CPR	033.001.0091-IVERMECTINA COM 6 MG.	R\$ 1,7067	R\$ 10.240,20
100	1.200	FRS	033.001.0427- PERMETRINA 1%, FRASCO COM 60 ML	R\$ 7,7600	R\$ 9.312,00
101	1.200	FRS	033.001.0428-PERMETRINA 5%, FRASCO COM 60 ML	R\$ 11,0600	R\$ 13.272,00
Valor total do lote:				R\$ 70.190,80	

LOTE 11- CARDIOVASCULARES					
ITEM	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	VALOR UNIT. ADM. R\$	VALOR TOTAL R\$
09	8.000	CPR	033.001.0037-AMIODARONA COM 200 MG.	R\$ 1,1300	R\$ 9.040,00
49	20.000	CPR	033.001.0134- CLORIDRATO DE AMIODARONA COM 200 MG.	R\$ 1,3100	R\$ 26.200,00
112	2.000	CPR	033.001.0528- CLORIDRATO DE PROPAFENONA 300 MG	R\$ 1,9900	R\$ 3.980,00
54	40.000	CPR	033.001.0160- MONONITRATO DE ISOSSORBIDA COM 20 MG	R\$ 0,3000	R\$ 12.000,00
22	6.000	CPR	033.001.0073- DIGOXINA COM 0.25 MG.	R\$ 0,4100	R\$ 2.460,00
Valor total do lote:				R\$ 53.680,00	

LOTE 12- CONTRACEPTIVOS					
ITEM	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	VALOR UNIT. ADM. R\$	VALOR TOTAL R\$
03	600	CART	033.001.0020- NORETISTERONA COM 0.35 MG (CARTELA COM 35 CPR).	R\$ 6,6800	R\$ 4.008,00
27	1.000	CART	033.001.0081- ETINILESTRADIOL 0.03 MG + LEVONORGESTREL 0.15 MG (CARTELA COM 21 CPR).	R\$ 5,0800	R\$ 5.080,00
123	400	CART	033.001.0604- LEVONORGESTREL 0,75 MG	R\$ 11,6100	R\$ 4.644,00
50	2.000	AMP	033.001.0135- ENANTATO DE NORETISTERONA 50 MG/ML + VALERATO DE ESTRADIOL 5 MG / ML.	R\$ 16,2533	R\$ 32.506,60
36	1.200	AMP	033.001.0097- MEDROXIPROGESTERONA INJETAVEL 150 MG/ 1 ML.	R\$ 22,6900	R\$ 27.228,00
Valor total do lote:				R\$ 73.466,60	



LOTE 19- COLÍRIOS E PREPARAÇÕES OFTÁLMICAS					
ITEM	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	VALOR UNIT. ADM. R\$	VALOR TOTAL R\$
109	20	FRS	033.001.0454- TROPICAMIDA 1% EM FRASCO	R\$ 13,4200	R\$ 268,40
60	600	FRS	033.001.0202- DEXTRANO 70 (0,1% = 1 MG) + HIPROMELOSE (0.3% = 3 MG COLIRIO COM 15 ML)	R\$ 79,4167	R\$ 47.650,02
142	400	FRS	033.001.0913- TOBRAMICINA 3 MG / ML + DEXAMETASONA 1 MG / ML SUSPENSAO OFTÁLMICA ESTERIL	R\$ 72,2500	R\$ 28.900,00
Valor total do lote:				R\$ 76.818,42	

LOTE 20- VITAMINAS E SUPLEMENTOS					
ITEM	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	VALOR UNIT. ADM. R\$	VALOR TOTAL R\$
104	2.000	CPR	033.001.0439- FOLINATO DE CALCIO 15 MG	R\$ 2,7300	R\$ 5.460,00
40	1.600	FRS	033.001.0107-OLEO MINERAL COM 100 ML.	R\$ 8,7700	R\$ 14.032,00
129	60.000	CPR	033.001.0642- POLIVITAMINICO (COMPLEXO B)	R\$ 0,1267	R\$ 7.602,00
128	800	FRS	033.001.0641- POLIVITAMINICO (COMPLEXO B) EM GOTAS	R\$ 13,7800	R\$ 11.024,00
134	2.000	FRS	033.001.0707- REGULADOR INTESTINAL PEDIATRICO, XAROPE DE USO ORAL SABOR AMEIXA, 120 ML, PRINCIPIO ATIVO: LACTULOSE 667 MG/ML.	R\$ 17,9600	R\$ 35.920,00
Valor total do lote:				R\$ 74.038,00	

VALOR TOTAL DA COTA PRINCIPAL: R\$ 11.353.120,63 (Onze milhões, trezentos e cinquenta três mil, cento e vinte reais e sessenta três centavos).

VALOR TOTAL DA COTA RESERVADA: R\$ 348.193,82 (Trezentos e quarenta e oito mil, cento e noventa e três reais e oitenta e dois centavos).

VALOR GLOBAL ESTIMADO DA LICITAÇÃO: R\$ 11.701.314,45 (Onze milhões, setecentos e um mil, trezentos e quatorze reais e quarenta cinco centavos).

3- GERAIS / ESPECIFICAÇÕES:



3.1- A adjudicatária **DEVE ESTAR EM DIA COM AS NORMAS DE SEGURANÇA E COMERCIALIZAÇÃO REGIDAS PARA O RAMO DE ATIVIDADE OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

3.2- Os materiais deverão atender aos dispositivos da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e às demais legislações pertinentes.

3.3- A empresa fornecedora dos bens será responsável pela substituição, troca ou reposição dos materiais porventura entregues com defeito, danificados, ou não compatíveis com as especificações deste Termo.

4- DA VALIDADE DO PRODUTO

4.1 Por ocasião da entrega do objeto, os materiais deverão apresentar os seguintes critérios de validade:

a) Os medicamentos deverão ser entregues com prazo de validade de no mínimo 80% do seu prazo total de validade ainda vigente na data da entrega, mas nunca se admitindo entrega com prazo inferior a 12 meses. Em situações excepcionais, expressamente justificadas, poderá ser avaliada a entrega com prazos inferiores, desde que mediante o compromisso escrito do fornecedor de fazer a substituição de unidades que eventualmente vençam nos estoques. O pedido deve ser formalizado e deve receber anuência expressa do (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, antes que ocorra a entrega. O pedido deve estar acompanhado de documentação comprobatória.

b) Os locais de entrega estão orientados a recusar a mercadoria na sua totalidade em caso de descumprimento desta norma, e a empresa deverá efetuar a troca do produto, sem qualquer ônus adicional para a municipalidade.

5- DA ENTREGA DOS PRODUTOS

5.1- A entrega dos produtos ocorrerá de forma **PARCELADA** e em até **10 (DEZ) DIAS CORRIDOS**, contados do recebimento da Autorização de fornecimento/Nota de Empenho pela empresa detentora, **para entrega na Central de Abastecimento Farmacêutico- C.A.F:** localizada na Rua Roberto de Almeida Machado, nº 93, Vila Nova, Santa Isabel/SP, das 07h30 às 12h00, em dias úteis.

5.1.1- O fornecedor deverá, no prazo máximo de **05 (cinco) dias** após o recebimento do **Pedido e Nota de Empenho**, informar a previsão de entrega.



5.1.1- Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos **05 (cinco) dias** de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.2- O Licitante detentor deverá seguir criteriosamente a data para a entrega, bem como a planilha de quantitativo a ser entregue, não devendo haver diferença quanto à quantidade solicitada.

5.3- O descarregamento do produto ficará a cargo do fornecedor, devendo ser providenciada a mão de obra necessária.

5.4- A entrega deverá ocorrer após o recebimento do Pedido de Compras/Nota de Empenho, obedecendo ao prazo de entrega citado neste Edital.

5.5- As embalagens externas devem apresentar as condições corretas de armazenamento do produto (temperatura, umidade, empilhamento máximo, etc).

5.6- As embalagens primárias dos medicamentos (frascos, bisnagas, blisters) devem apresentar número do lote, data de fabricação e prazo de validade.

5.7- Todas as embalagens devem ser acompanhadas das respectivas bulas.

5.8- O texto e demais exigências legais previstas para o cartucho, rotulagem e bula devem estar em conformidade com a legislação do Ministério da Saúde e do Código de Defesa do Consumidor.

5.9- Os produtos deverão vir armazenados em caixas apropriadas para seu transporte, e entregues obrigatoriamente nas embalagens primárias e secundárias, conforme registro no Ministério da Saúde. Não serão aceitos medicamentos fora de suas embalagens originais.

5.10- Os locais de entrega estão orientados a recusar a mercadoria na sua totalidade em caso de descumprimento desta norma, e a empresa deverá efetuar a troca do produto, sem qualquer ônus adicional para a municipalidade

5.11- O descarregamento do produto ficará a cargo do fornecedor, devendo ser providenciada a mão de obra necessária.

5.12- O fornecedor deverá informar antecipadamente qualquer alteração do produto constante no Edital ou no momento do recebimento do empenho, para avaliação por parte da Secretaria Municipal de Saúde.



6- DO TRANSPORTE

6.1- O transporte deverá ser realizado por empresas habilitadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa como transportadora de produtos farmacêuticos, devendo possuir Autorização de Funcionamento para essa atividade, e atender às Boas Práticas de Transporte de Produtos Farmacêuticos e Farmoquímicos.

6.2- O transporte dos medicamentos deverá ser realizado em veículo limpo e que permita adequado controle de temperatura e umidade.

6.3- Não serão aceitas entregas realizadas via Correios.

6.4- Não poderá ser realizado concomitantemente com produtos químicos, solventes, inseticidas ou agrotóxicos, saneantes, tintas, óleos, perfumes e materiais com odor forte que possam impregnar no produto, alimentos *in natura*, e outros materiais que possam causar contaminação ou alteração na integridade e/ou nas características físico-químicas dos medicamentos.

6.5- O acondicionamento e transporte dos medicamentos devem ser feitos dentro do preconizado para os produtos, obedecendo às condições de empilhamento máximo das caixas estabelecidas pelo fabricante, a fim de evitar avarias dos produtos.

6.6- Os volumes deverão estar contidos no interior do veículo em grades ou gaiolas, para evitar tombamento e avaria da carga.

6.7- Os funcionários que farão a entrega dos produtos (transportadoras ou caminhão próprio da empresa) deverão ser orientados a aguardar a conferência do quantitativo de cada item de medicamento pelo (a) funcionário (a) da CAF, e não somente do número de volumes, caso contrário a mercadoria será devolvida.

6.8- Caso alguma irregularidade seja detectada no transporte dos medicamentos, será solicitada ao fornecedor a troca do(s) medicamento(s) por outro(s) lote(s), que deverá ser realizada sem qualquer ônus adicional para a municipalidade. Este procedimento garante que a carga entregue seja diferente da que foi transportada inadequadamente.

6.9- O fornecedor será responsável por monitorar as entregas até o destino final e averiguar se o transporte dos produtos farmacêuticos está sendo realizado em atendimento a este edital e às Boas Práticas de Transporte de Produtos



Farmacêuticos e Farmoquímicos, mesmo em caso de terceirização para transportadoras.

6.10- Todas as despesas relacionadas com as entregas correrão por conta do fornecedor.

7- CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DOS ITENS

7.1- Os materiais descritos neste edital serão recebidos:

7.1.1- Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.1.2- Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.1.3- Os medicamentos somente serão considerados devidamente aceitos, depois vistoriado e aprovado pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, especialmente designado para o seu recebimento, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, a contar do recebimento da nota fiscal, no prazo de 10 (dez) dias úteis pela Administração.

7.1.4- O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.1.5- No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que seja pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.1.6- O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.



7.1.7- O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.1.8- Caso os medicamentos venham a ser rejeitados deverá ser pronta e imediatamente substituído pelo fornecedor, dentro das mesmas características e especificações exigidas no contrato ou documento equivalente, sem qualquer ônus para a municipalidade, independentemente de qualquer circunstância de local de entrega ou recebimento.

7.1.9- Os medicamentos fornecidos pelo licitante vencedor deverão ser acompanhados de laudos de análise do fabricante para cada item entregue e sempre que necessário a unidade requisitante poderá solicitar as especificações técnicas do produto, estabelecidas pelo fabricante como padrão de qualidade de seu medicamento.

7.1.10- O fornecedor deverá arcar com os custos da análise, em laboratório da REBLAS (Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde), caso o medicamento ofertado apresente suspeita de irregularidade. Os laudos emitidos serão considerados insuficientes para exigir a substituição do produto quando o resultado da análise for desfavorável, ou seja, diferente das especificações prometidas pelo fabricante.

7.1.11- Todo produto considerado impróprio ao uso será encaminhado à Vigilância Sanitária de cada Órgão Participante para a inutilização nos termos legais.

7.1.12- O PRODUTO RECUSADO SERÁ CONSIDERADO COMO NÃO ENTREGUE.

7.1.12.1- Os custos de retirada e devolução do produto rejeitado, bem como quaisquer outras despesas decorrentes, correrão por conta da Adjudicatária, sem quaisquer ônus à Contratante.

7.1.13- O município poderá a qualquer momento solicitar amostras para análise, a fim de comprovar a qualidade do produto ofertado, subsidiando assim a opção técnica.

8- PROCEDIMENTO DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.



8.2- Fica nomeada como **Gestor do futuro Contrato o Sr. Gabriel Cardoso Ramalho**, Secretário Municipal de Saúde e como **Fiscal do Contrato**, a funcionária **Nívea Alves Barbosa**, prontuário 7104.

9- DO PAGAMENTO

9.1- A Contratada deverá emitir Nota Fiscal / Fatura, contemplando o valor total dos produtos que foram fornecidos.

9.2- Para atender a ordem cronológica do art. 14 e s.s do Decreto Municipal nº 4.825/2013, o pagamento ocorrerá no 11º dia corrido e realizar-se em **PARCELAS**, através de crédito em conta corrente da contratada, juntamente com a nota fiscal/fatura, da qual conterà o número do Contrato, devendo ainda apresentar as documentações de regularidade fiscal e trabalhista, que estiverem vencidas, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

9.2.1. O pagamento eventualmente realizado com atraso, desde que tal atraso não decorra de ato ou fato atribuível à CONTRATADA, sofrerá incidência de atualização financeira pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE), nos termos do art. 14-A do Decreto Municipal nº 4.825/2013, bem como redações acrescidas no Decreto Municipal nº 6.194/2020.

9.2.2. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, se houver necessidade.

9.2.3. Caso a Nota Fiscal/Fatura emitida contenha erros, a Administração não aceitará a Nota Fiscal/Fatura, devolvendo-a imediatamente à Adjudicatária, que terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para substituí-la, retificando-a, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas.



ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

MUNICÍPIO DE SANTA ISABEL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3.178/2024
OBJETO: Registro de Preços, para possível aquisição de medicamentos da atenção primária a saúde.

Proponente:

Número do CNPJ:

Endereço Completo:

Telefone e Fax:

E-mail:

A Empresa *****, após examinar minuciosamente o Edital e Anexos do PREGÃO em epígrafe e, após tomar pleno conhecimento de todas as condições lá estabelecidas, propõe os preços, unitário e total, para os itens a seguir:

LOTES DESTINADOS À COTA PRINCIPAL:

LOTE 01 - ANTIBIÓTICOS						
ITEM	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	MARCA/ FABRICANTE REG. ANVISA	VALOR UNIT. ADM. R\$	VALOR TOTAL R\$
11	100.000	CPR	033.001.0039- AMOXICILINA COM 500 MG.	XXX	R\$...	R\$...
115	40.000	CPR	033.001.0590- AMOXILINA + CLAVULANATO DE POTASSIO (500 MG + 125 MG).			
116	2.000	FRS	033.001.0591- AMOXILINA + CLAVULANATO DE POTASSIO (50 MG + 12,5 MG/ML) SUSPENSAO ORAL.			
83	40.000	CPR	033.001.0357- AZITROMICINA 500 MG.			
84	4.000	FRS	033.001.0358- AZITROMICINA 40 MG / ML PO PARA SUSPENSAO ORAL 15 ML (600 MG).			
16	1.200	FRS	033.001.0053- CEFALEXINA 250 MG/ 5 ML, SUPSENSAO, FRASCO COM 100.			
130	2.400	FRS	033.001.0650- CEFALEXINA 250MG/5ML PO PARA SUSPENSAO ORAL 60ML.			



17	120.000	CPR	033.001.0054- CEFALOXINA COM 500 MG.			
132	100.000	CAPSUL	033.001.0652- CEFALOXINA COM 500 MG.			
117	6.000	CPR	033.001.0593- CLARITROMICINA 500 MG			
137	6.000	CPR	033.001.0746-CLINDAMICINA - 300 MG			
18	60.000	CPR	033.001.0059-CLORIDRATO DE CIPROFLOXACINO COM 500 MG.			
145	2.000	CPR	033.001.0920- DOXICICLINA, CLORIDRATO 100 MG			
121	6.000	CPR	033.001.0598- ESPIRAMICINA 500 MG			
38	28.000	CPR	033.001.0100- METRONIDAZOL COM 250 MG.			
131	400	FRS	033.001.0651- METRONIDAZOL 40MG/ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO 100ML			
92	1.600	BISNAG.	033.001.0385- METRONIDAZOL 500 MG / 5 G. GELEIA VAGINAL - BISNAGA COM 50 GR.			
10	4.000	FRS	033.001.0038- AMOXICILINA PO PARA SUSPENSÃO ORAL 50MG/ML, FRASCO COM 150 ML.			
43	40.000	CPR	033.001.0123- SULFAMETOXAZOL + TRIMETOPRIMA COM 400/80 MG.			
44	400	FRS	033.001.0124- SULFAMETOXAZOL + TRIMETOPRIMA SUSPENSÃO ORAL COM 100 ML.			
95	400	FRS	033.001.0388- SULFAMETOXAZOL + TRIMETOPRIMA (40 MG + 8 MG) ML, SUSPENSÃO ORAL, FRASCO COM 60 ML.			
81	400	FRAMP	033.001.0271- BENZILPENICILINA (BENZILPENICILINA PROCAINA + BENZILPENICILINA POTASSICA) PO PARA SUSPENSÃO INJETÁVEL 300.000 + 100.000 UI/ FRASCO AMPOLA.			
141	1.600	FRAMP	033.001.0834- BENZILPENICILINA BENZATINA PO PARA SUSPENSÃO INJETÁVEL 1.200.000 UI/ FRASCO-AMPOLA.			
80	1.600,00	FRAMP	033.001.0269- BENZILPENICILINA BENZATINA 1.200.000 UI PO PARA SUSP. INJETÁVEL OU SUSP. PRONTA PARA USO			



107	2.000	CPR	033.001.0447- SULFADIAZINA 500 MG			
55	1.000	BISNAG	033.001.0176- SULFADIAZINA DE PRATA TOPICO 1% COM 50 GR			
113	12.000	CAPSUL	033.001.0542- NITROFURANTOINA 100 MG			
Valor total do lote:					R\$...	

LOTE 02- ANTIFÚNGICOS E ANTIVIRAIS						
ITEM	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	MARCA/ FABRICANTE REG. ANVISA	VALOR UNIT. ADM. R\$	VALOR TOTAL R\$
87	1.200	FRS	033.001.0364- CETOCONAZOL 2 % - XAMPU FRASCO COM 100 ML.	XXX	R\$...	R\$...
103	1.200	BISNAG	033.001.0430- CETOCONAZOL 2% CREME-BISNAGA COM 30GR.			
31	10.000	CPR	033.001.0085- FLUCONAZOL COM 150 MG.			
111	4.000	CPR	033.001.0486- ITRACONAZOL 100 MG			
39	800	FRS	033.001.0105- NISTATINA 100.000 UI/ML SUSPENSAO ORAL 50 ML + CONTA GOTAS.			
61	2.000	BISNAG	033.001.0208-NISTATINA 25000UI CR VAG BISNAGA COM 60 G			
04	2.000	TUBO	033.001.0028- ACICLOVIR 50 MG / G (5%) CREME 10 G			
99	28.000	CPR	033.001.0403- ACICLOVIR 200 MG.			
139	1.000	TUBO	033.001.0754-MICONAZOL, NITRATO DE - 2% CREME VAGINAL			
105	4.000	CPR	033.001.0443- PIRIMETAMINA 25 MG			
Valor total do lote:					R\$...	

LOTE 03- ANTI-HIPERTENSIVOS						
ITEM	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	MARCA/ FABRICANTE REG. ANVISA	VALOR UNIT. ADM. R\$	VALOR TOTAL R\$
13	80.000	CPR	033.001.0041-ATENOLOL COM 50 MG EM COMPRIMIDOS.	XXX	R\$...	R\$...
12	40.000	CPR	033.001.0040- BESILATO DE ANLODIPINO 10 MG.			
15	120.000	CPR	033.001.0052- CARVEDILOL COM 6.25 MG.			
86	160.000	CPR	033.001.0363- CARVEDILOL 12,5 MG.			
122	100.000	CPR	033.001.0602- CLORIDRATO DE HIDRALAZINA 25 MG			
21	20.000	CPR	033.001.0070- MALEATO DE ENALAPRIL COM 5 MG.			



35	160.000	CPR	033.001.0094- MALEATO DE ENALAPRIL COM 20 MG.			
120	80.000	CPR	033.001.0597- MESILATO DE DOXAZOSINA 2 MG			
47	60.000	CPR	033.001.0127- METILDOPA COM 250 MG, COMPRIMIDO REVESTIDO.			
82	80.000	CPR	033.001.0333-NIFEDIPINO COMPRIMIDO 10 MG.			
Valor total do lote:						R\$...

LOTE 04- ANTIDEPRESSIVOS						
ITEM	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	MARCA/ FABRICANTE REG. ANVISA	VALOR UNIT. ADM. R\$	VALOR TOTAL R\$
66	360.000	CPR	033.001.0223- CLORIDRATO DE AMITRIPTILINA 25 MG	XXX	R\$...	R\$...
75	20.000	CPR	033.001.0234- CLORIDRATO DE CLOMIPRAMINA 25 MG			
63	6.000	CAPSUL	033.001.0218- CLORIDRATO DE NORTRIPTILINA 25 MG			
154	500.000	CPR	033.001.0220- CLORIDRATO DE SERTRALINA 50 MG			
20	360.000	CPR	033.001.0064- CLORIDRATO DE FLUOXETINA COM 20 MG.			
151	6.000	FR	033.001.0933-FLUOXETINA 20 MG /ML GOTAS 20 ML			
118	8.000	CPR	033.001.0595- DIAZEPAN 5 MG			
23	80.000	CPR	033.001.0076-DIAZEPAN COM 10 MG, COMPRIMIDO SULCADO.			
Valor total do lote:						R\$...

LOTE 05- ANTIPSICÓTICOS						
ITEM	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	MARCA/ FABRICANTE REG. ANVISA	VALOR UNIT. ADM. R\$	VALOR TOTAL R\$
70	120.000	CPR	033.001.0228- CLORIDRATO DE CLORPROMAZINA 25 MG	XXX	R\$...	R\$...
71	120.000	CPR	033.001.0229- CLORIDRATO DE CLORPROMAZINA 100 MG			
98	400	FRS	033.001.0396- CLORIDRATO DE CLORPROMAZINA 40 MG/ML SOL. ORAL, FRASCO C/ 20 ML			
32	8.000	CPR	033.001.0089- HALOPERIDOL COM 1 MG.			
72	400	FRS	033.001.0230- HALOPERIDOL 2 MG/ML, SOLUCAO ORAL, FRASCO COM 20 ML			
73	2.000	AMP	033.001.0231- HALOPERIDOL, DECANOATO 70.52 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL, AMPOLA COM 1 ML			
74	60.000	CPR	033.001.0232- HALOPERIDOL 5 MG			



143	40.000	CPR	033.001.0914- LEVOMEPROMAZINA, MALEATO 25 MG			
140	6.000	FRS	033.001.0793- LEVOMEPROMAZINA, MALEATO DE 40 MG / ML GTS.			
152	6.000	FRS	033.001.0111- PERICIAZINA 40 MG/ML, 4% COM 20 ML CADA FRASCO.			
146	6.000	FRS	033.001.0935- RISPERIDONA 1 MG /ML GOTAS 30 ML			
147	10.000	CPR	033.001.0939- ARIPIRAZOL 10 MG CPR			
69	160.000	CPR	033.001.0227- CARBONATO DE LITIO 300 MG			
144	40.000	CPR	033.001.0915-SULPIRIDA 50 MG			
Valor total do lote:						R\$...

LOTE 06- ANTICONVULSIVANTES						
ITEM	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	MARCA/ FABRICANTE REG. ANVISA	VALOR UNIT. ADM. R\$	VALOR TOTAL R\$
68	360.000	CPR	033.001.0226- CARBAMAZEPINA 200 MG	XXX	R\$...	R\$...
19	120.000	CPR	033.001.0060- CLONAZEPAN COM 2 MG.			
28	120.000	CPR	033.001.0082-FENITOINA COM 100 MG.			
30	120.000	CPR	033.001.0084-FENOBARBITAL COM 100 MG.			
29	400	FRS	033.001.0083-FENOBARBITAL SOLUCAO ORAL 4% COM 20 ML.			
150	10.000	CPR	033.001.0940-LAMOTRIGINA 100 MG CPR			
65	240.000	CAPSUL	033.001.0222-ACIDO VALPROICO 250 MG			
149	10.000	CX	033.001.0730- VIGABATRINA 500 MG COM 60 COMPRIMIDOS.			
Valor total do lote:						R\$...

LOTE 07- ANTIALÉRGICOS						
ITEM	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	MARCA/ FABRICANTE REG. ANVISA	VALOR UNIT. ADM. R\$	VALOR TOTAL R\$
01	80.000	CPR	033.001.0010-LORATADINA 10 MG.	XXX	R\$...	R\$...
46	8.000	FRS	033.001.0126-LORATADINA 1 MG/ML, SUSPENSAO - FRASCO COM 100 ML.			
24	20.000	CPR	033.001.0077-MALEATO DE DEXCLORFENIRAMINA COM 2 MG.			
25	4.000	FRS	033.001.0078- MALEATO DE DEXCLORFENIRAMINA			



			SOLUCAO ORAL 2 MG/ 5 ML, FRASCO COM 100 ML.			
Valor total do lote:					R\$...	

LOTE 08- ANTI-INFLAMATÓRIOS E ANALGÉSICOS						
ITEM	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	MARCA/ FABRICANTE REG. ANVISA	VALOR UNIT. ADM. R\$	VALOR TOTAL R\$
05	300.000	CPR	033.001.0029-ACIDO ACETILSALICILICO COM 100 MG.	XXX	R\$...	R\$...
33	6.000	FRS	033.001.0090- IBUPROFENO 50 MG/ML GOTAS COM 30 ML.			
89	120.000	CPR	033.001.0375-IBUPROFENO 300 MG.			
114	240.000	CPR	033.001.0543- IBUPROFENO 600 MG			
93	120.000	CPR	033.001.0386- PARACETAMOL 500 MG.			
94	6.000	FRS	033.001.0387-PARACETAMOL 200 MG / ML GOTAS - FRASCO COM 15 ML.			
119	1.000.00 0	CPR	033.001.0596-DIPIRONA SODICA 500 MG			
48	12.000	FRS	033.001.0132-DIPIRONA SODICA COM 500 MG/ML COM 10 ML, SOLUCAO ORAL.			
85	800	BISNAG.	033.001.0320-LIDOCAINA (CLORIDRATO DE LIDOCAINA) GELEIA 2 % - BISNAGA 30 GR.			
108	20	FRS	033.001.0453-CLORIDRATO DE CICLOPENTOLATO 10 MG EM FRASCO			
Valor total do lote:					R\$...	

LOTE 10- ANTITUSSÍGENOS/BRONCODILATADORES E MUCOLÍTICOS						
ITEM	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	MARCA/ FABRICANTE REG. ANVISA	VALOR UNIT. ADM. R\$	VALOR TOTAL R\$
77	10.000	ENVEL.	033.001.0239-ACETILCISTEINA 600 MG	XXX	R\$...	R\$...
135	100.000	SACHE	033.001.0742-ACETILCISTEINA - 200 MG			
14	120	FRS	033.001.0047- BROMETO DE IPRATROPIO SOLUCAO PARA NEBULIZACAO 0.025%, FRASCO COM 20 ML.			
Valor total do lote:					R\$...	

LOTE 13- CORTICOSTEROIDES						
ITEM	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	MARCA/ FABRICANTE REG. ANVISA	VALOR UNIT. ADM. R\$	VALOR TOTAL R\$



26	12.000	TUBO	033.001.0080-DEXAMETASONA 0.1% CREME COM 10 GR.	XXX	R\$...	R\$...
88	200	FRS	033.001.0367-DEXAMETASONA 0,1 % - COLIRIO - FRASCO COM 5 ML.			
42	40.000	CPR	033.001.0115-PREDNISONA COM 5 MG.			
76	80.000	CPR	033.001.0235- PREDNISONA 20 MG			
59	4.000	FRS	033.001.0197-FOSFATO SODICO DE PREDNISOLONA 3 MG/ML, SOLUCAO ORAL, FRASCO COM 100 ML			
125	1.000	AMP	033.001.0613-ACETATO DE BETAMETASONA + FOSFATO DISSODICO DE BETAMETASONA DOSAGEM: (3 MG + 3 MG)/ML APRESENTACAO: SUSPENSÃO INJETAVEL			
Valor total do lote:					R\$...	

LOTE 14- HORMÔNIOS E SUPLEMENTOS						
ITEM	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	MARCA/ FABRICANTE REG. ANVISA	VALOR UNIT. ADM. R\$	VALOR TOTAL R\$
06	60.000	CPR	033.001.0031-ACIDO FOLICO COM 5 MG.	XXX	R\$...	R\$...
90	240.000	CPR	033.001.0380-LEVOTIROXINA SODICA 25 MCG.			
53	240.000	CPR	033.001.0157- LEVOTIROXINA SODICA COM 50 MCG			
91	120.000	CPR	033.001.0381- LEVOTIROXINA SODICA 100 MCG.			
136	200.000	CPR	033.001.0743-CARBONATO DE CALCIO - 500 MG			
110	100.000	CPR	033.001.0485-CARBONATO DE CALCIO 1250 MG (EQUIVALENTE A 500 MG DE CALCIO ELEMENTAR) + COLECALCIFEROL 200 UI CPR			
45	160.000	CPR	033.001.0125-SULFATO FERROSO 40 MG (FERRO ELEMENTAR FEII) CPR			
96	6.000	FRS	033.001.0389- SULFATO FERROSO (FERRO ELEMENTAR) 68 MG / ML EQUIV. 25 MG / ML SOL. GOTAS - FRASCO COM 30 ML.			
124	4.000	FRS	033.001.0611- ACETATO DE RETINOL (VITAMINA A + COLECALCIFEROL (VITAMINA D 3) , (50.000 U.I + 10.000 U.I) SOLUCAO ORAL COM 10 ML			
Valor total do lote:					R\$...	



LOTE 15- IMUNOSSUPRESSORES E NEUROLÉPTICOS						
ITEM	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	MARCA/ FABRICANTE REG. ANVISA	VALOR UNIT. ADM. R\$	VALOR TOTAL R\$
62	20.000	CPR	033.001.0216- CLORIDRATO DE NALTREXONA 50 MG	XXX	R\$...	R\$...
56	80.000	CPR	033.001.0193-BIPERIDENO 2 MG EM COMPRIMIDO			
67	80.000	CPR	033.001.0224-CLORIDRATO DE BIPERIDENO 2 MG			
Valor total do lote:					R\$...	

LOTE 16- OUTROS						
ITEM	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	MARCA/ FABRICANTE REG. ANVISA	VALOR UNIT. ADM. R\$	VALOR TOTAL R\$
52	80.000	CPR	033.001.0141- CLORIDRATO DE TIAMINA COM 300 MG.	XXX	R\$...	R\$...
64	80.000	CPR	033.001.0219- CLORIDRATO DE PROMETAZINA 25 MG			
102	30.000	CPR	033.001.0429- ALOPURINOL 100 MG			
126	1.000	BISNAG	033.001.0569-COLAGENASE 1,2U/G - CREME			
37	200	FRS	033.001.0099-METRONIDAZOL 4% SUSPENSAO ORAL COM 100 ML.			
41	400.000	CPR	033.001.0108-OMEPRAZOL 20 MG EM BLISTER			
78	24.000	CPR	033.001.0255-VARFARINA SODICO 5 MG, EM COMPRIMIDO			
Valor total do lote:					R\$...	

LOTE 17- REGULADORES METABÓLICOS E DE SISTEMA NERVOSO						
ITEM	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	MARCA/ FABRICANTE REG. ANVISA	VALOR UNIT. ADM. R\$	VALOR TOTAL R\$
57	40.000	CPR	033.001.0194-LEVODOPA 200 MG + CLOR. BENSERAZIDA 50 MG.	XXX	R\$...	R\$...
58	280.000	CPR	033.001.0196-SINVASTATINA 20 MG			
153	500.000	CPR	033.001.0601- GLICAZIDA 60 MG COMPRIMIDO DE LIBERACAO CONTROLADA			
106	2.000	CPR	033.001.0446- PROPILTIOURACILA 50 MG			
148	10.000	CPR	033.001.0852-METILFENIDATO 10 MG			
Valor total do lote:					R\$...	

LOTE 18- SOLUÇÕES ESTÉREIS E DE REIDRATAÇÃO						
---	--	--	--	--	--	--



ITEM	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	MARCA/ FABRICANTE REG. ANVISA	VALOR UNIT. ADM. R\$	VALOR TOTAL R\$
127	4.000	AMP	033.001.0625-AGUA DE INJECAO - SOLUCAO ESTERIL - AMPOLA COM 5 ML	XXX	R\$...	R\$...
79	4.000	AMP	033.001.0262-AGUA DESTILADA - LIQUIDO ESTERIL - AMPOLA 10 ML			
138	4.000	FRS	033.001.0747- CLORETO DE SODIO 0,9% SOL. NASAL SPRAY (ISENTO DE CLORETO DE BENZALCONIO)			
133	4.000	FRS	033.001.0682-SOLUCAO FISIOLÓGICA DE CLORETO DE SODIO 0.9%. COMPOSICAO: CLORETO DE SODIO 0.9 GR, AGUA PARA INJECAO Q.S.P. 100 ML, CONTEUDO ELETROLITICO, SODIO 154.00 MEQ/L + CLORETO 154.00 MEQ/L, OSMORALIDADE 308 MOSMOL/L, ESTERIL E APIROGENICA, EM AMPOLA DE POLIETILENO CONTENDO 10 ML CADA FRASCO.			
Valor total do lote:					R\$...	

LOTES DESTINADOS À COTA RESERVADA

LOTE 09- ANTIPARASITÁRIOS/ ANTIEMÉTICOS						
ITEM	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	MARCA/ FABRICANTE REG. ANVISA	VALOR UNIT. ADM. R\$	VALOR TOTAL R\$
97	40.000	CPR	033.001.0392-METOCLOPRAMIDA 10 MG.	XXX	R\$...	R\$...
51	1.000	FRS	033.001.0138-METOCLOPRAMIDA GOTAS 4 MG / 1 ML, FRASCO COM 10 ML.			
02	2.000	FRS	033.001.0019-DIMETICONA 75 MG/ML GOTAS, FRASCO COM 10 ML.			
08	2.000	CPR	033.001.0034-ALBENDAZOL 400 MG MASTIGAVEL BLISTER			
07	2.000	FRS	033.001.0033-ALBENDAZOL SUSPENSAO ORAL COM 40 MG/ML, 10 ML.			
34	6.000	CPR	033.001.0091-IVERMECTINA COM 6 MG.			
100	1.200	FRS	033.001.0427- PERMETRINA 1%, FRASCO COM 60 ML			
101	1.200	FRS	033.001.0428-PERMETRINA 5%, FRASCO COM 60 ML			
Valor total do lote:					R\$...	



LOTE 11- CARDIOVASCULARES						
ITEM	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	MARCA/ FABRICANTE REG. ANVISA	VALOR UNIT. ADM. R\$	VALOR TOTAL R\$
09	8.000	CPR	033.001.0037-AMIODARONA COM 200 MG.	XXX	R\$...	R\$...
49	20.000	CPR	033.001.0134- CLORIDRATO DE AMIODARONA COM 200 MG.			
112	2.000	CPR	033.001.0528- CLORIDRATO DE PROPAFENONA 300 MG			
54	40.000	CPR	033.001.0160-MONONITRATO DE ISOSSORBIDA COM 20 MG			
22	6.000	CPR	033.001.0073- DIGOXINA COM 0.25 MG.			
Valor total do lote:					R\$...	

LOTE 12- CONTRACEPTIVOS						
ITEM	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	MARCA/ FABRICANTE REG. ANVISA	VALOR UNIT. ADM. R\$	VALOR TOTAL R\$
03	600	CART	033.001.0020- NORETISTERONA COM 0.35 MG (CARTELA COM 35 CPR).	XXX	R\$...	R\$...
27	1.000	CART	033.001.0081- ETINILESTRADIOL 0.03 MG + LEVONORGESTREL 0.15 MG (CARTELA COM 21 CPR).			
123	400	CART	033.001.0604- LEVONORGESTREL 0,75 MG			
50	2.000	AMP	033.001.0135- ENANTATO DE NORETISTERONA 50 MG/ML + VALERATO DE ESTRADIOL 5 MG / ML.			
36	1.200	AMP	033.001.0097- MEDROXIPROGESTERONA INJETAVEL 150 MG/ 1 ML.			
Valor total do lote:					R\$...	

LOTE 19- COLÍRIOS E PREPARAÇÕES OFTÁLMICAS						
ITEM	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	MARCA/ FABRICANTE REG. ANVISA	VALOR UNIT. ADM. R\$	VALOR TOTAL R\$
109	20	FRS	033.001.0454- TROPICAMIDA 1% EM FRASCO	XXX	R\$...	R\$...
60	600	FRS	033.001.0202- DEXTRANO 70 (0,1% = 1 MG) + HIPROMELOSE (0.3% = 3 MG COLIRIO COM 15 ML)			
142	400	FRS	033.001.0913- TOBRAMICINA 3 MG / ML + DEXAMETASONA 1 MG / ML SUSPENSAO OFTALMICA ESTERIL			
Valor total do lote:					R\$...	



LOTE 20- VITAMINAS E SUPLEMENTOS						
ITEM	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	MARCA/ FABRICANTE/ REG. ANVISA	VALOR UNIT. ADM. R\$	VALOR TOTAL R\$
104	2.000	CPR	033.001.0439- FOLINATO DE CALCIO 15 MG	XXX	R\$...	R\$...
40	1.600	FRS	033.001.0107-OLEO MINERAL COM 100 ML.			
129	60.000	CPR	033.001.0642-POLIVITAMINICO (COMPLEXO B)			
128	800	FRS	033.001.0641- POLIVITAMINICO (COMPLEXO B) EM GOTAS			
134	2.000	FRS	033.001.0707- REGULADOR INTESTINAL PEDIATRICO, XAROPE DE USO ORAL SABOR AMEIXA, 120 ML, PRINCIPIO ATIVO: LACTULOSE 667 MG/ML.			
Valor total do lote:					R\$...	

VALOR TOTAL DA PROPOSTA APRESENTADA: _____ R\$ 00,00 (VALOR POR EXTENSO)

Prazo de Validade da Proposta: não inferior a 90 (noventa) dias, contados da abertura da Sessão Pública.

Prazo de Pagamento: O pagamento ocorrerá no 11º dia corrido, depois de encerrada a quinzena em que ocorreu o adimplemento da obrigação da DETENTORA, após a entrega, desde que regular e devidamente atestado por esta Administração.

Prazo de Entrega: A entrega deverá ser de forma PARCELADA, durante a vigência da futura Ata de Registro de Preços, em até 10 (DEZ) DIAS CORRIDOS, contados do recebimento do Autorização de Fornecimento e/ou Nota de Empenho.

Local de Entrega: A entrega deverá ser realizada:

a) **Central de Abastecimento Farmacêutico- C.A.F:** localizado na Rua Roberto de Almeida Machado, nº 93, Vila Nova, Santa Isabel/SP, das 07h30 às 12h00, em dias úteis.

Declaro expressamente que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.



Município de
Santa Isabel

Secretaria de Saúde

Rua Rozendo Mathias Nazareth Nº 46 - Pq São Benedito
Santa Isabel - SP - CEP.: 07500-000
Tel.: (11) 4656-4444 - E-mail: sec.saude@santaisabel.sp.gov.br

Declaro expressamente que estou plenamente ciente e de acordo com todas as condições estabelecidas no presente Edital e nos seus Anexos, bem como que no preço unitário ofertado estão inclusas as despesas diretas e indiretas, com o fornecimento de todos os insumos, de conformidade com as condições estabelecidas no Edital de PREGÃO e seus Anexos.

DADOS BANCÁRIOS:

Local e Data:

Representante Legal da Empresa

(Carimbo do CNPJ da Empresa e identificação do representante legal com RG e CPF)



**ANEXO III- MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA
OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO
PORTE**

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, localizada no endereço _____, telefone, e-mail, por meio de seu representante legal (nome completo do sócio, administrador ou procurador com poderes), inscrito no CPF _____ e RG _____, DECLARA, sob pena de aplicação das sanções administrativas cabíveis e as penas da lei:

☐ ser Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da legislação vigente, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no §4º do art. 3º da Lei Complementar Federal n.º 123/2006 e suas alterações, e tendo interesse dos benefícios nela contidos para efeitos de licitação, quando e no que couber.

Nesse sentido, também declara que não extrapolou a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte ou microempresa no ano-calendário de realização da licitação, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei Federal n.º 14.133/2021.

Ainda, declara que está ciente de que o Pregoeiro poderá solicitar a comprovação das contratações celebradas e encaminhará todos os documentos pertinentes para atestar a veracidade do seu compromisso.

Desta forma, o declarante está ciente que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

Local e data

Nome/assinatura

Cargo



**ANEXO IV- MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE EXIGÊNCIAS LEGAIS-
UNIFICADA**

Ref.: Pregão Eletrônico nº 05/2025

Processo Administrativo nº 3.178/2024

Objeto: Registro de Preços, para possível aquisição de medicamentos da atenção primária a saúde.

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, localizada na _____, com telefone _____, endereço de e-mail _____, por meio de seu representante legal (nome completo do sócio, administrador ou procurador com poderes), inscrito no CPF _____ e portador do RG _____, declara:

1- estar ciente de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

2- estar ciente e concordar com as condições contidas no Edital e seus anexos;

3- que a empresa é idônea e atende a todos os pré-requisitos da Licitação e demais exigências contidas na Lei Federal n.º 14.133/2021;

4- que não se enquadra nas hipóteses previstas no §1º do art. 9º e nas disposições dos incisos e parágrafos do art. 14, ambos da Lei Federal n.º 14.133/2021, atendendo às condições de participação da Licitação e legislação vigente;

5- cumprir todos os requisitos de habilitação definidos neste Edital;

6- cumprir as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

7- que a proposta protocolada está em conformidade com as exigências editalícias, foi elaborada de forma independente;

8- que a proposta protocolada compreende na integralidade os custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.



9- Fará prova de todas as informações declaradas neste processo licitatório, quando necessário ou solicitado e que se compromete a apresentar a documentação original, quando a mesma for solicitada pelo Pregoeiro, no prazo que o mesmo estipular;

10- Para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal n.º 14.133/2021 e inciso XXXIII, artigo 7º da Constituição Federal, não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos. (*Caso empregue menor, a partir de 14 anos - na condição de aprendiz - **deverá fazer a ressalva***).

11- Que atesta, no que for aplicável, o atendimento à política pública ambiental de **licitação sustentável**, em especial que se responsabiliza integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao poder público, assumindo a responsabilidade pela destinação final, ambientalmente adequada.

Local e data

Nome/assinatura

Cargo



**ANEXO V-
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XX/2025**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAÚDE, PARA SUPRIR A NECESSIDADE DE ESTOQUE DA CENTRAL DE ABASTECIMENTO FARMACÊUTICO (C.A.F), MANUTENÇÃO DO ATENDIMENTO PRESTADO PELAS UNIDADES DE SAÚDE E AÇÕES REALIZADAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Pregão Eletrônico nº 05/2025

Processo Administrativo nº 3.178/2024

Ata de Registro de Preços nº XXX/2025

Pela presente Ata de Registro de Preços, de um lado o **MUNICÍPIO DE SANTA ISABEL**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida da República, nº 530, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 56.900.848/0001-21, neste ato representado pelo **Sr. GABRIEL CARDOSO RAMALHO**, Secretário de Saúde, portador da cédula de identidade RG nº XX.XXX.XXX-X e inscrito no CPF/MF sob o nº XXX.XXX.XX-XX, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa: _____, entidade jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ n.º ____, estabelecida na ____, nº ____- CEP: ____, telefone: ____, Bairro ____, município/UF, e-mail: ____, neste ato representado pelo **Sr(a).** ____, portador(a) da Cédula de Identidade RG n.º ____ e inscrito(a) no CPF n.º ____, denominada **DETENTORA**, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, resolve registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ata, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Municipal nº 70.074, de 13 de março de 2024, Decreto Municipal nº 70.075, de 13 de março de 2024 e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO



1.1. Constitui objeto do presente instrumento o **Registro de Preços para medicamentos da atenção primária a saúde**, conforme especificações técnicas constantes do Termo de Referência, da proposta da DETENTORA e demais documentos constantes do processo administrativo em epígrafe, e assim detalhado:

COTA__:

LOTE XX						
ITEM	QTD.	UNID.	ESPECIFICAÇÃO	MARCA/ FABRICANTE REG. ANVISA	P. R\$ UNIT.	P. TOTAL
XX	XX	XX	XX			
VALOR TOTAL:						R\$

1.2. Vinculam esta contratação na forma de registro de preços, independentemente de transcrição:

- a) O Estudo Técnico Preliminar;
- b) O Termo de Referência;
- c) O Edital da Licitação;
- d) A Proposta da DETENTORA;
- e) Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA OBRIGAÇÃO DE FORNECIMENTO

2.1. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços e do preço registrado na Ata de Registro de Preços, a DETENTORA estará obrigada a fornecer à CONTRATANTE, sempre que a Contratante lhe exigir, na quantidade pretendida e dentro das especificações referidas na Autorização de Fornecimento (AF), os produtos objeto da presente.

2.2. A CONTRATANTE não estará obrigada a adquirir da DETENTORA uma quantidade mínima dos produtos objeto da presente Ata de Registro de Preços, ficando a seu exclusivo critério a definição da quantidade, do momento e da forma de fornecimento, desde que respeitado o disposto nas cláusulas.

2.3. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a



realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada, nos termos do art. 83, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

3.1. Sempre que necessitar, ao longo de todo período de validade da presente Ata de Registro de Preços, a Prefeitura enviará através de e-mail a respectiva Autorização de Fornecimento que deverá ser confirmado seu recebimento pela DETENTORA no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

3.2. A autorização de fornecimento, que será considerada como um contrato de fornecimento acessório a presente Ata de Registro de Preços, estipulará:

- a) a quantidade do produto a ser fornecida pela DETENTORA no momento, respeitado o disposto nas cláusulas terceira e quarta deste Contrato de fornecimento;
- b) a forma do fornecimento da quantidade no momento desejada, se parcelada em dias diferentes ou se integral;
- c) o prazo máximo de entrega dos produtos que será sempre de até **10 (DEZ) DIAS CORRIDOS**, após o recebimento da Autorização de Fornecimento, e na hipótese de ser solicitado o fornecimento parcelado, as datas em que se darão as entregas subsequentes à primeira.

3.3. Respeitados os limites estabelecidos nesta Ata de Registro de Preços, será facultado à CONTRATANTE convocar a DETENTORA para assinar tantas autorizações de fornecimento quanto forem necessárias para o atendimento de suas necessidades.

3.4. O não atendimento injustificado pela Detentora no prazo estipulado para a confirmação do recebimento da Autorização de Fornecimento será considerado como fato qualificador da inexecução total do objeto constante na respectiva Autorização de Fornecimento, para os fins previstos na legislação em vigor e no presente compromisso de fornecimento.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1. Os preços unitários registrados na presente Ata de Registro de Preços, conforme consta em Ata de Sessão pública que faz parte integrante deste contrato de fornecimento, estão estipulados na cláusula primeira.



4.2. Nos preços referidos na cláusula primeira já se encontram incluídos todos os custos diretos e indiretos, como frete, encargos fiscais, comerciais, previdenciários, sociais, trabalhistas e quaisquer outros.

4.3. A DETENTORA não será ressarcida de quaisquer despesas decorrentes de custos ou serviços não previstos na presente Ata de Registro de Preços, independentemente da causa que tenha determinado a omissão.

4.4. O pagamento da DETENTORA pela CONTRATANTE será devido a cada fornecimento realizado, desde que tenha sido este regularmente formalizado pelo termo referido nas cláusulas 2ª e 3ª desta Ata de Registro de Preços.

4.5. Para atender a ordem cronológica do art. 14 e seguintes do Decreto Municipal nº 4.825/2013, bem como o art. 141 e seguintes, da Lei nº 14.133/2021, o pagamento ocorrerá no 11º dia corrido, após o encerramento da quinzena em que se concluiu a obrigação¹, após o recebimento definitivo de cada parcela dos produtos fornecidos, através de crédito em conta corrente da DETENTORA, juntamente com a nota fiscal/fatura, da qual conterà o número da Ata de Registro de Preços.

4.6. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, se houver necessidade.

4.7. Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que tal atraso não decorra de ato ou fato atribuível à DETENTORA, sofrerão incidência de atualização financeira pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE), nos termos do art. 14-A do Decreto Municipal nº 4.825/2013, bem como redações acrescidas no Decreto Municipal nº 6.194/2020.

Parágrafo único- O pagamento da compensação financeira prevista no subitem anterior dependerá de requerimento a ser formalizado pela DETENTORA.

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE DE PREÇOS

5.1. Não haverá reajuste de preços, em razão do limite de 01 (um) ano de vigência da Ata de Registro de Preços, conforme §§ 7º e 8º, do art. 25, da Lei 14.133/2021, exceto no caso de prorrogação.

5.2. Caso haja prorrogação, após o interregno de um ano e independentemente de pedido da DETENTORA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, fornecido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, respeitando-se a anualidade.

¹ Art. 14 do Decreto Municipal nº 4.825, de 19 de agosto de 2.013.



5.3. O CONTRATANTE poderá a qualquer tempo rever, reduzindo os preços registrados, de conformidade com pesquisa de mercado, para atendimento do disposto no inciso VI do artigo 82 da Lei Federal n.º 14.133/2021 ou quando observada a hipótese do art. 26 do Decreto Federal n.º 11.462/2023.

5.4. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na Ata, será facultado a DETENTORA requerer ao CONTRATANTE a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso conforme art. 27 do Decreto Federal n.º 11.462/2023.

5.5. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

5.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

5.7. O reajuste poderá ser realizado por apostilamento, nos termos do art. 136 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

CLÁUSULA SEXTA - DO VALOR E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. O valor total para a presente Ata de Registro de Preços é de **R\$.....** (.....).

a) A (s) dotação (ões) orçamentária (s) que dará (ão) suportes as despesas da ata de registro de preços será (ão):

Secretaria de Saúde	
01.09.00 01.09.05 10.3010127.2776 3.3.90.30	Ficha 2025: 399 – Fonte: 01 – D.R: 01.301.0009

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ENTREGA DOS PRODUTOS

7.1. Aperfeiçoada a autorização de fornecimento na forma prevista na cláusula 3ª desta Ata de Registro de Preços, estará a DETENTORA obrigada a fornecer os produtos nele estipulados, no prazo e na(s) quantidade(s) prevista(s).

7.2. Não será admitida a entrega de produtos pela DETENTORA, nem o seu recebimento, sem que previamente tenha sido aperfeiçoada a respectiva autorização de fornecimento.



7.3. Os produtos, objeto da presente Ata de Registro de Preços, deverão ser entregues pela DETENTORA nos termos e prazos constantes da Autorização de Fornecimento.

CLÁUSULA OITAVA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO CONTRATADO

8.1. O objeto será recebido:

8.1.1- Provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.1.2- Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.1.3- Os medicamentos somente serão considerados devidamente aceitos, depois vistoriado e aprovado pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, especialmente designado para o seu recebimento, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, a contar do recebimento da nota fiscal, no prazo de 10 (dez) dias úteis pela Administração.

8.1.4- O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.1.5- No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que seja pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.1.6- O prazo para a solução, pelo detentor, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.



8.1.7- O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.1.8- Caso os medicamentos venham a ser rejeitados deverá ser pronta e imediatamente substituído pelo detentor, dentro das mesmas características e especificações exigidas no contrato ou documento equivalente, sem qualquer ônus para a municipalidade, independentemente de qualquer circunstância de local de entrega ou recebimento.

8.1.9- Os medicamentos fornecidos pelo detentor deverão ser acompanhados de laudos de análise do fabricante para cada item entregue e sempre que necessário a unidade requisitante poderá solicitar as especificações técnicas do produto, estabelecidas pelo fabricante como padrão de qualidade de seu medicamento.

8.1.10- O Detentor deverá arcar com os custos da análise, em laboratório da REBLAS (Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde), caso o medicamento ofertado apresente suspeita de irregularidade. Os laudos emitidos serão considerados insuficientes para exigir a substituição do produto quando o resultado da análise for desfavorável, ou seja, diferente das especificações prometidas pelo fabricante.

8.1.11- Todo produto considerado impróprio ao uso será encaminhado à Vigilância Sanitária de cada Órgão Participante para a inutilização nos termos legais.

8.1.12- O PRODUTO RECUSADO SERÁ CONSIDERADO COMO NÃO ENTREGUE.

8.1.12.1- Os custos de retirada e devolução do produto rejeitado, bem como quaisquer outras despesas decorrentes, correrão por conta da Adjudicatária, sem quaisquer ônus à Contratante.

8.1.13- O município poderá a qualquer momento solicitar amostras para análise, a fim de comprovar a qualidade do produto ofertado, subsidiando assim a opção técnica.

CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA, DA SUBCONTRATAÇÃO E ADESÃO À ATA DE REGISTRO
--

9.1. A presente Ata de Registro de Preços terá o prazo de vigência de 1 (um) ano, contado a partir de sua assinatura e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme art. 84, da Lei Federal nº 14.133/2021.



9.1.1. Em caso de prorrogação da vigência da ata de registro de preços, as quantidades inicialmente registradas serão renovadas, na sua totalidade, independentemente do quantitativo utilizado no período de vigência, não sendo possível cumular com as quantidades não utilizadas.

9.2. Não será admitida a subcontratação do objeto desta Ata de Registro de Preços.

9.3. Será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

10.1. O registro do fornecedor será cancelado pela CONTRATANTE, quando a DETENTORA:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços, sem motivo justificado;
- b) Não retirar a(s) Nota(s) de empenho, Autorização(ões) de Fornecimento ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela CONTRATANTE sem justificativa razoável;
- c) Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023;
- d) Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá a CONTRATANTE, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

10.3. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pela CONTRATANTE, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- a) Por razão de interesse público;
- b) A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- c) Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto Federal nº 11.462, de 2023.



CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

11.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

11.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

11.3. Quando a não conclusão da ata referida no item anterior decorrer de culpa da DETENTORA:

- a) ficará ela constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

11.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.7. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.8. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

11.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).



11.10. O contrato poderá ser extinto caso se constate que a DETENTORA mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

12.1. São obrigações do CONTRATANTE:

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela DETENTORA, de acordo com a Ata de Registro de Preços e seus anexos.
- b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas na cláusula 8ª.
- c) Notificar a DETENTORA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.
- d) Acompanhar e fiscalizar a execução do ajuste e o cumprimento das obrigações pela DETENTORA.
- e) Efetuar o pagamento à DETENTORA do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos na presente Ata de Registro e no Termo de Referência.
- f) Aplicar a DETENTORA as sanções previstas na lei e nesta Ata.
- g) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução da Ata de Registro, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- h) A CONTRATANTE terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- i) Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela DETENTORA no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- j) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela DETENTORA com terceiros, ainda que vinculados à execução da Ata de Registro, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da DETENTORA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA



13.1. São obrigações da DETENTORA:

- a) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).
- b) Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- c) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor da Ata de Registro de Preços ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.
- d) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- e) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual da Ata de Registro pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos, o valor correspondente aos danos sofridos.
- f) Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto da Ata de Registro.
- g) Comunicar ao Gestor da Ata de Registro, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto.
- h) Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
 - i) Manter durante toda a vigência da Ata de Registro, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.
 - j) Cumprir, durante todo o período de execução da Ata de Registro de Preços, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021).
 - k) Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal/gestor da Ata de Registro de Preços, com a indicação dos empregados que



preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021).

l) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento da Ata de Registro;

m) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

n) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE.

o) O custo com as inspeções, ensaios, testes e quaisquer outras provas exigidas, nos termos das normas técnicas existentes, indispensáveis para a comprovação da boa execução da Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. As aplicações de possíveis infrações e sanções administrativas ocorrerão na forma do art. 155 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA ANTICORRUPÇÃO

15.1. Na execução da presente Ata de Registro de Preços é vedado à Administração Municipal Direta e Indireta e à Detentora e/ou o empregado seu, e/ou o preposto seu, e/ou o gestor seu:

a) Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja, ou a terceira pessoa a ele relacionada;

b) Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar a presente Ata de Registro de Preços;

c) Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações da presente Ata de Registro de Preços, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;

d) Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro da presente Ata de Registro de Preços; ou

e) De qualquer maneira fraudar a presente Ata de Registro de Preços; assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção,



nos termos da Lei nº 12.846/2013, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 5.702, de 17 de janeiro de 2018 (e posteriores alterações), bem como quaisquer outras leis regulamentos aplicáveis ainda que não citadas expressamente no presente edital e futura Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet e ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO REGIME JURÍDICO E DAS REGRAS DISCIPLINADORAS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

18.1. A presente Ata de Registro de Preços e as autorizações de fornecimento que com base nele forem aperfeiçoados pelas partes serão regidos pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

18.2. Para efeitos obrigacionais tanto o **Edital de Pregão Eletrônico nº 05/2025**, quanto a(s) proposta(s) da(s) licitante(s) vencedora(s) integram a presente Ata de Registro de Preços, devendo seus termos e condições ser considerados como partes integrantes do presente instrumento contratual.

18.3. Será admitida a celebração de termo aditivo, entre as partes, sempre que juridicamente exigido ou cabível, face de eventuais alterações na legislação Federal que regulamenta a matéria.

18.4. A DETENTORA deverá adotar medidas, precauções e cuidados necessários, de modo a evitar eventuais danos causados diretamente ao MUNICÍPIO ou a terceiros, seja por ato ou omissão de seus empregados, prepostos ou assemelhados, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

18.5. Para todas as questões pertinentes a presente Ata de Registro de Preços, o foro



será o da COMARCA DO MUNICÍPIO DE SANTA ISABEL, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

18.6. O presente instrumento foi lavrado em decorrência de **Pregão Eletrônico nº 05/2025**, regendo-se pelas normas da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Municipal n.º 70.074, de 13 de março de 2024, às quais também se sujeitam as partes que o celebram.

Lido e achado conforme, assinam este instrumento, as partes e testemunhas.

MUNICÍPIO DE SANTA ISABEL, ____ DE _____ DE 2025.

MUNICÍPIO DE SANTA ISABEL
GABRIEL CARDOSO RAMALHO
SECRETÁRIO DE SAÚDE
CONTRATANTE

EMPRESA
REPRESENTANTE LEGAL
DETENTORA

TESTEMUNHAS:

1) _____

2) _____



ANEXO VI - TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTA ISABEL (SECRETARIA DE SAÚDE)

DETENTORA: _____

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº (DE ORIGEM): _____

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAÚDE.

ADVOGADO (S)/ Nº OAB/EMAIL: (*) _____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2024, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:



- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

SANTA ISABEL, XX DE XXXXX DE 2025.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: Carlos Augusto Chinchilla Alfonzo

Cargo: Prefeito Municipal

CPF: _____

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Pela detentora:

Nome: _____



Município de
Santa Isabel

Secretaria de Saúde

Rua Rozendo Mathias Nazareth Nº 46 - Pq São Benedito
Santa Isabel - SP - CEP.: 07500-000
Tel.: (11) 4656-4444 - E-mail: sec.saude@santaisabel.sp.gov.br

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS:

Tipo de ato sob sua responsabilidade: Fiscal

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____



Município de
Santa Isabel

Secretaria de Saúde

Rua Rozendo Mathias Nazareth Nº 46 - Pq São Benedito
Santa Isabel - SP - CEP.: 07500-000
Tel.: (11) 4656-4444 - E-mail: sec.saude@santaisabel.sp.gov.br

ANEXO VII - DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TCE-SP

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTA ISABEL (SECRETARIA DE SAÚDE)

CNPJ Nº: 56.900.848/0001-21

CONTRATADA:

CNPJ Nº:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº (DE ORIGEM):

DATA DA ASSINATURA:

VIGÊNCIA: 01 (UM) ANO, A CONTAR DA ASSINATURA.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS, PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAÚDE.

VALOR (R\$):

Declaro (amos), na qualidade de responsável (is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados.

LOCAL e DATA:

RESPONSÁVEL: (nome, cargo, e-mail e assinatura)



ANEXO VIII - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO CADASTRAL TCE-SP



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Declaração de Atualização Cadastral

Eu, (nome), CPF 000.000.000-00, atesto que na data de 00/00/0000 às 00:00:00 minhas informações pessoais perante este Tribunal encontram-se atualizadas no sistema Cadastro TCESP, constando os seguintes dados:

- Nome Completo;
- CPF;
- RG;
- Data de Nascimento;
- E-mail institucional;
- E-mail pessoal;
- Telefone Celular
- Endereço Residencial.

Atesto também que o endereço de e-mail xxxxxxxxxxxx@xxx.xx, indicado como endereço principal no Cadastro TCESP, é o endereço de contato com o Tribunal, e que é minha responsabilidade mantê-lo atualizado no caso de qualquer alteração.

Código de autenticidade dos dados prestados no Cadastro TCESP:

XX

Esta declaração foi certificada e sua autenticidade é garantida pela chave:
xx
Para conferência, acesse <https://www4.tce.sp.gov.br/verificacao-documentos>
e insira a chave acima, ou acesse pelo QR Code apresentado ao lado.





Município de
Santa Isabel

Secretaria de Saúde

Rua Rozendo Mathias Nazareth Nº 46 - Pq São Benedito
Santa Isabel - SP - CEP.: 07500-000
Tel.: (11) 4656-4444 - E-mail: sec.saude@santaisabel.sp.gov.br

ANEXO IX

DECRETO MUNICIPAL Nº 7.074/2024

“Regulamenta a licitação, nas modalidades pregão e concorrência, pelos critérios de julgamento por menor preço ou maior desconto, nas formas eletrônica e presencial, para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta no Município de Santa Isabel”



Município de
Santa Isabel

Secretaria de Saúde

Rua Rozendo Mathias Nazareth Nº 46 - Pq São Benedito
Santa Isabel - SP - CEP.: 07500-000
Tel.: (11) 4656-4444 - E-mail: sec.saude@santaisabel.sp.gov.br

ANEXO X

DECRETO MUNICIPAL Nº 7.075/2024

“Regulamenta as normas que conferem tratamento diferenciado e simplificado a Microempresas-ME, Empresas de Pequeno Porte EPP, Agricultores Familiares, Produtores Rurais Pessoa Física, Microempreendedores Individuais- MEI e Sociedades Cooperativas de Consumo, denominados de Beneficiários, nas contratações públicas dos órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta (Autarquias, Fundações e Consórcios Públicos) do Município de Santa Isabel”



ANEXO XI – MODELO PARA RESTITUIÇÃO DA CAUÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3.178/2024

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº */2025**

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE.

Aos cuidados da Secretaria Municipal da Fazenda.

SOLICITAÇÃO DE DEVOLUÇÃO DE CAUÇÃO

Solicitante (nome completo e legível):

Nº CPF:

Nº Carteira de identidade (RG):

Endereço completo:

N.º do Processo Administrativo (vide cabeçalho do edital):

Lote(s) em que concorreu (vide informações nos anexos do edital):

Instituição bancária:

Agência Bancária:

Conta Bancária:

Eu, acima qualificado, solicito a devolução da importância de R\$_____ (colocar valor por extenso), depositada a título de caução, a fim de participar do procedimento licitatório supracitado, referente ao(s) lote(s) de n.º(s)_____, em que não fui contemplado.

Solicito, ainda, que a importância ora requerida seja depositada na conta bancária supramencionada, a qual atesto ser de minha titularidade.

_____, ____ de __ de 2025.

Assinatura do Participante

(Nome legível)